

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

Clementino Nogueira

**Entre a vida e a morte no jogo das paixões – mulheres e
homens no espaço urbano de Cuiabá Séc. XIX**

**Cuiabá – MT.
2001**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

INTRODUÇÃO

Ao entrar do sol na cidade de Cuiabá, no século XIX, figuras femininas insinuavam-se pelas trilhas do desejo, umas chegavam às tavernas, outras ocupavam os espaços de batuques. Começava o ritual da vida, desenhando múltiplos quadros da cidade, que não aparecem nas obras de arte, nos romances e nos mapas, nesse tempo e espaço preciso, mas sim nas ocorrências policiais e nos processos crimes. Cada ocorrência policial significa um quadro único, forjado nas experiências das mulheres livres e escravas.

Nesse universo múltiplo e diverso, personagens ganham vida, na medida em que o historiador passa a descrevê-los, produzi-los na ordem dos discursos, procurando estabelecer a inversão das evidências que se arvoram como definitivas, contínuas e naturais.

Seguindo essa linha de pensamento, ao recorrer a documentos, o historiador procura dar-lhes outras visibilidades. A ocorrência policial transcrita a seguir é emblemática para exemplificar esse ponto de vista, podendo-se encontrar nela inúmeras pistas:

*Tenho a honra de comunicar a V.Exa, que foram recolhidas á prisão da policia por estado de embriagues, Maria Reginalda e Flora Gomes de Lara. A segunda consta, que tal estado, ofendera a todos os vizinhos com termos injurioso ,e que arremessara pedras de dentro de sua venda sobre todas as pessoas que passarão pela rua, ocasionando este procedimento o ferimento leve de uma rapariga. Nada mais houve.*¹

¹ APMT-Documentação avulsa-Maço Secret aria de Policia-Lata-B- Ano -1851

Maria Reginalda estava chegando em sua casa de capim, na rua da Boa Morte, às seis horas da manhã. Não era a primeira vez que isso acontecia.² Pode-se imaginar que ela encostou-se na porta de sua casa, sentindo uma sensação maravilhosa ao relembrar as imagens de mais uma noite. Lembrou-se de que saíra à tarde, vestida de chita, com suas amigas, que se movimentaram pela cidade sem serem capturadas pela ronda policial, deslizando pelas ruas, becos e travessas, insinuando-se pelos batuques, cururus, rezas. Embevecida pelas lembranças, entrou em casa, deitou-se na rede e começou a navegar pela memória daquela noite.

Na verdade – pensava ela, com certeza – não sentia nenhum remorso por haver passado mais uma noite fora. Ao contrário, sentia um grande prazer em seu estilo de vida nos espaços desejanter de Cuiabá. Principalmente naquele momento em que a aguardente, o desejo, funcionou como uma iniciação cósmica e erótica de uma noite de paixões, sem limites e sem fronteiras, que se esgotou à beira de um córrego chamado Valo.

Foi, talvez, nesse lugar que os amores da madrugada ganharam movimento amoroso, de carícia, em que os corpos, ardentes, podiam rolar à beira do córrego, serpentear entre as clareiras férreas do prazer.

² Relato elaborado a partir de dados extraídos de uma ocorrência policial de 1851, informando que Maria Reginalda e Flora Gomes de Lara foram presas por embriaguez, notadamente porque Flora ofendia a todos que passavam pela rua e arremessava pedras nas pessoas que passavam na frente de sua venda naquele momento. Documentação avulsa localizada na lata B – Ano 1851.

Lançavam-se e penetravam na escuridão da lua, tornando-se um corpo único, entoando uma canção de multiplicidade, desterritorialização e experimentação das práticas desejantes: somente os corpos rebeldes teriam, provavelmente, a liberdade de sentirem a letra e a melodia.

Nesse instante, ainda seguindo a imaginação, uma réstia de luz do sol passou pela janela e fez brilhar os olhos avermelhados de Maria Reginalda. Assim, ela se dava conta que não tinha sono por se encontrar naquele estado de espírito. Resolveu levantar-se e ir à janela, de onde viu, adiante, uma taverna de porta aberta. Precisava de mais um copo de aguardente imediatamente. Seguiu para lá.

Na taverna, os bancos estavam ainda empilhados e do chão exalava um odor específico desses lugares, uma mistura de aguardente, catarro e cigarro pisoteado. Podemos imaginar, inspirados em Ítalo Calvino, que Maria Reginalda encontrou a taberneira, Flora Gomes de Lara, amanhecida também, e perguntou-lhe:

- Tem um copo de aguardente?

- Sim, Reginalda, tem um copo para você e outro para mim.

Naquele instante, adentrou na taverna o Chefe de Polícia, já indagando às duas:

- A esta hora?

E novamente dirigindo-se a elas, disse:

- Os acordados se dividem em duas categorias: os ainda e os já.

Flora e Reginalda deram uma sonora gargalhada na cara da autoridade e responderam:

- Nós: ainda! Sempre ainda! Sempre!

Com essa resposta, o Chefe de Polícia retirou-se, dizendo-lhes que respeitassem a ordem e os bons costumes da cidade. No entanto, elas continuaram bebendo, pouco se importando com tais recomendações. Começaram, sim, a dar gritos, soltar palavrões e jogar pedras nas pessoas que passavam pelo local naquele momento. Isso provocou o retorno da autoridade policial, que declarou que as duas estavam presas por serem “turbulentas, ébrias e prostitutas”.

Nessa perspectiva, o objetivo fundamental desta dissertação é percorrer vários fragmentos de registros policiais e judiciários relacionados com mulheres que foram objetivadas como *turbulentas, ébrias e prostitutas*, para desconstruir evidências que se apresentam “como marco definidor de relações sociais e sexuais”.³

Trata-se, portanto, de pensar além da miserabilidade, da violência e das nomeações que afloram da documentação, fazendo emergir dessa mesma documentação uma cidade de múltiplas formas de sociabilidade e de subjetivação experimentadas nas práticas desejan⁴, para tentar dar visibilidade e dizibilidade às experiências múltiplas, sem atrizes ou atores,

³ Swain, Tânia Navarro. *Todos somos Queers. Identidades nômades: desafio para o feminismo*.

⁴ Rago, Margareth. *Os prazeres da noite – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

constituídas em relações agonísticas que escapam ao poder disciplinador. Essas práticas cintilam como vaga-lumes presos nos processos crimes, nas ocorrências policiais, e pulsam emitindo sons e luzes, reveladores de um mundo de sonhos, paixões entre a vida e a morte.

Neste sentido, a trilha sonora dessa cartografia do desejo será composta com as notas musicais do som do batuque, revelador de insinuações e delírios, que ecoa na noite, até o raiar de um novo dia; o sibilar de uma facada, talvez motivada pelo ciúme, pelo abandono ou pela dor de uma paixão traída; o som da batida na porta, por uma amante ou um amante eventual; o tropel de alguém correndo pelos becos, ruas e mais ruas, após ter cometido um crime sexual; o murmúrio dos amantes, durante o gozo; os palavrões e gargalhadas dos soldados e das mulheres embriagadas em uma taverna. Tudo iluminado pelos lampiões a querosene ou pelos raios de uma tempestade, que clareavam os lugares do desejo. Mas sempre o cheiro de aguardente e o odor dos corpos iluminando mais uma noite dionisíaca.

Ao elegermos esse tema de pesquisa relativo às práticas desejanças, aproximamo-nos de uma tendência da historiografia feminista que convergiu nas reflexões filosóficas de Foucault, Deleuze e Derrida, que propuseram “a desconstrução das sínteses, das unidades e das identidades ditas naturais” e, fundamentalmente, “postularam a noção de que o discurso

não é reflexo de uma suposta base material das relações sociais”, mas criador de uma multiplicidade de “reais”:⁵

Dessa forma, as reflexões de Tânia Navarro que, utilizando dessas ferramentas teóricas e metodológicas, desconstruiu as imagens e representações inventadas pelos viajantes sobre a sexualidade das mulheres indígenas, supostamente desregradas sexualmente. Na reflexão da historiadora, chamou-nos atenção a sua operação historiográfica genealógica, que demonstrou como a historiografia se apropriou da documentação e reproduziu os olhares dos viajantes.

O deslocamento epistemológico realizado por essa tendência da historiografia feminista nos ajudou a pensar como tratar metodologicamente a documentação utilizada nessa pesquisa: processos crimes, ocorrências policiais, Relatórios de Chefes de Polícia. O grande desafio passou a ser como trabalhar com a multidão que emergia da documentação policial, como romper com essas identidades, como quebrar a unidade de sentido presente nas ocorrências policiais.

Nesse sentido, alguns autores foram fundamentais para transformar essa documentação em um monumento: Paul Veyne⁶ e Michel De Certeau⁷. Veyne, ao chamar atenção para a necessidade de se espantar com as

⁵ RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Pedro, Joana Maria e Grossi, Miriam Pillar (organizadoras). Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p.26

⁶ Veyne, Paul. *Como se escreve a história*. Brasília/DF: Ed. da UNB, 1982.

⁷ De Certeau, Michel. *A invenção do cotidiano - artes de fazer*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

questões óbvias e perseguir questões insignificantes. Por isso, inspirados nesse autor, conseguimos perceber as “senhas do desejo”: parar para pedir um copo de água na casa de uma mulher, esperar um amigo e acabar ficando, passear pela cidade etc.

Por outro lado, Certeau foi a fonte de inspiração para armar essa trama e caminhar pela cidade, produzindo subjetividades, tentando romper com a “cidade-panorama”. Diz o autor:

*Caminhar é ter falta de lugar, é o processo indefinido de estar ausente e a procura de um próprio. A errância, multiplicada e reunida pela cidade, faz dela uma imensa experiência social da privação de lugar – uma experiência, é verdade, esfarelada em deportações inumeráveis e ínfimas (deslocamentos e caminhadas), compensadas pelas relações e os cruzamentos desses êxitos que se entrelaçam, criando um tecido urbano, e posta sob o signo do que deveria ser, enfim, o lugar, mas é apenas um nome, a cidade.*⁸

Para tentar fazer emergir essa cidade que se multiplicava nas práticas desejanter dessas mulheres e homens, apoiamo-nos, fundamentalmente, nas argumentações de Luíza Volpato, principalmente em sua abordagem da especificidade de Cuiabá em relação à vida cotidiana dos homens escravos e livres, e das mulheres escravas e livres.⁹

Em suma, foram essas historiadoras e esses historiadores que nos inspiram a montar esse percurso metodológico que culminou na elaboração do texto *Entre a vida e a morte no jogo das paixões – Mulheres e Homens*

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 88

⁹ Volpato, Luíza Rios Ricci. *Cativos do Sertão/Vida cotidiana e a escravidão em Cuiabá (1850-1888)* SP: Ufmg/Marco zero

no espaço urbano de Cuiabá no século XIX (1842 –1888).

O período histórico estudado é o século XIX, com destaque para o ano de 1842, quando foi instalada a Secretaria de Polícia, que a partir desse momento produziu uma série de documentos que deram visibilidade a mulheres como Maria Reginalda, Bibiana Maria de Jesus, Eva Maria de Melo e Maria das Dores; e para o ano de 1888, marco da libertação dos escravos, porque a partir de então começaram a adentrar lentamente outras formas de controle da sexualidade desses homens e mulheres.

No primeiro capítulo, intitulado *A invenção das mulheres "turbulentas, ébrias e prostitutas" no espaço urbano de Cuiabá*, enfocaremos a moralidade e a sexualidade no espaço urbano de Cuiabá, no século XIX, partindo da hipótese de fixação de uma identidade sexual e invenção de lugares.

O segundo capítulo, intitulado *Maria Reginalda, Bibiana Maria de Jesus, Maria das Dores e outras mulheres no espaço urbano de Cuiabá no século XIX*, aborda as relações agonísticas constituídas através da multiplicidade de práticas desejanter que explodiram no espaço urbano de Cuiabá, no século XIX, revelando através dos passos dessas mulheres uma cartografia do desejo.

O terceiro capítulo, intitulado *Entre a vida e a morte no jogo das paixões*, aborda a experiência de Francisca, Ignes e de mulheres provenientes do Paraguai, revelando através de suas práticas configurações

espaciais diferentes das do tempo de Maria Reginalda.

Em suma, são essas formas de subjetividade produzidas por estas figuras femininas e masculinas, e a desconstrução dessas identidades naturais que nortearão o percurso dessa pesquisa.

CAPÍTULO I

A INVENÇÃO DAS MULHERES “TURBULENTAS, ÉBRIAS E PROSTITUTAS” NO ESPAÇO URBANO DE CUIABÁ.

I - O CRIME DA RUA 1º DE MARÇO

Na madrugada do dia 08 de setembro de 1875, Ana Josefa regressou da casa de seu amante, entrou em sua residência na rua 1º de Março, alegre e feliz da vida, tomou um copo de guaraná e depois mandou a liberta menor até o botequim com um pedido para trazer uma garrafa de aguardente.

Retornando a menor, Ana convidou sua irmã Rita Blandina para beberem juntas e conversarem, provavelmente sobre a noite anterior. Após esse diálogo, Rita, já embriagada, foi para a varanda da casa deitar-se em uma rede, e ficou lá alguns momentos, até que apareceu sua mãe, também embriagada, oferecendo-lhe uma xícara de café. Nesse instante, ouviu o chamado de Ana, convidando-a para deitarem em uma rede em outra sala, o que fizeram. Ana fechou a porta da sala e da alcova e ficaram as duas juntas num silêncio sepulcral.

Nesse momento do Boletim de Ocorrência, o delegado pára a sua narrativa e diz o seguinte: *Devo, porém, consignar aqui que esta família toda, pai, mãe e irmãos são todos dados à crápula.* Ele retoma sua descrição já informando que após alguns momentos Ana saiu e pediu ao seu filho Antônio para comprar mais uma garrafa de aguardente. Nesse momento, o narrador dá um destaque importante: [...] *abrindo para isso a porta da sala e por aí, recebido aquele espírito, tornou a fechá-la.* Eram

nove horas da manhã.

Às onze horas, Ana abriu a porta da alcova e pediu ao seu filho um copo d' água, mandando a sua escrava Júlia servir o almoço. Nessa ocasião, Júlia notou que sua senhora estava nua e com mancha de sangue no braço e no ombro. Percebendo a curiosidade da escrava, Ana fechou a porta novamente, pedindo a Antônio uma bacia com água para lavar o assoalho da alcova a fim de limpar o sangue que nele havia.

Colocado o almoço, Ana entrou na varanda com indumentária mudada, sentou-se à mesa e almoçou muito bem. Atitude que chamou atenção de sua família, especialmente de sua mãe, que imediatamente foi à alcova para ver em que estado encontrava-se Rita Blandina. Encontraram-na deitada em uma rede, toda ensangüentada, agonizando. Ana nada informava sobre esta tragédia, apenas dizia que não sabia de nada, apesar de ter estado trancada com a vítima na sala desde as nove horas da manhã.

A única atitude tomada por Ana e sua mãe, diante desse quadro, foi deitarem-se no quarto oposto ao da *infeliz*, que agonizava entre a vida e a morte. Entretanto, Júlia decidiu chamar sua sobrinha Felicidade e a parteira Virgínia Guimarães, que constataram a situação de Rita e resolveram chamar as autoridades médicas e policiais. Conforme afirma o próprio delegado em sua narrativa, *a voz pública, consta que foi causa do delito o*

*ciúme que a indiciada teve de sua irmã com o seu amante [...].*¹⁰

Era inevitável, quando o delegado Joaquim José Roiz Calháo adentrou naquela casa na rua 1º de Março, sentir o cheiro de aguardente. Logo encontrou Rita Blandina deitada em uma rede, toda ensangüentada, suspirando nos últimos momentos de sua vida. O seu corpo também exalava um cheiro de aguardente por todos os poros - a alcova estava sufocante.

Nesse instante chegaram os doutores Dormevil José dos Santos Malhado e Augusto Novis, a pedido do Delegado, para fazerem o exame de corpo de delito. Encontraram o corpo com pulsações mínimas e um calor brando no tórax e no ventre, denotando uma morte próxima. Não podendo fazer um exame rigoroso de Rita naquele local, conduziram-na para outro quarto e deitaram-na num “colchão”!¹¹

Examinando os órgãos genitais externos, observaram o seguinte:

[...] que o monte de Vênus apresentava uma ferida contusa e a pele impregnada de sangue, depois passamos aos grandes lábios, que se achavam inteiramente separados, contundidos e consideravelmente tumecido, desde a sua comissura anterior até a posterior, notando-se também que os seus bordos livres estavam completamente dilacerados na parte correspondente a entrada da vagina, e bem assim os pequenos lábios, vestibulo de vulva e o clitóris. Passando a examinar a vagina encontramos a sua dilacerada e a mucosa (sic) interna toda dilacerada,

¹⁰ APMT – Documentação Avulsa – Secretaria de Polícia Lata C – Ano – 1875 . Relato elaborado a partir do ofício do Delegado de Polícia sr. Joaquim Roiz Calháo ao então Presidente da Província.

¹¹ APMT – Documentação Avulsa – Secretaria de Polícia – Lata E - Ano – 1875.

e introduzindo o dedo afim de examinarmos o seu estado, percebemos que um corpo estranho obstruía esse canal, e extraiu -se três talhadas de laranja madura, recém cortada, e envolvida em coágulos de sangue, havendo nessa ocasião uma pequena hemorragia, sendo provável que a mão três vezes maldita que praticara semelhante canibalismo, denunciasse o seu sangue e assim passar incólume. Prosseguindo o exame do referido canal – vulvo interino reconhecemos que havia perfuração tanto na sua parede anterior e como na posterior e quase toda a sua extensão, pelo que é de supor que órgãos importantes da cavidade pelviana estejam seriamente prejudicados. Passando depois a examinar o anus, encontramos o sprincter despedaçado e bem assim o períneo formando uma só ferida contusa desde a sua comissura posterior da vagina até o anus, notando-se ainda em toda essa região uma larga eschimose de cor negra, com grande tumefação que se estendia até as nádegas. [...]”¹²

Antes do exame, vale ressaltar que o Delegado já havia interrogado informalmente a liberta Júlia sobre o fato ocorrido. E, por todas as informações coletadas junto à liberta, segundo o próprio Delegado afirma em sua narrativa, suspeitou ter sido a *causa do delito o ciúme que a indiciada teve de sua irmã com o seu amante [...]*. Assim, as suspeitas recaíram sobre Ana Josefa da Costa Guimarães, que naquele momento encontrava-se ainda embriagada.

O Delegado interrogou-a sobre o acontecido e ela negou qualquer participação no crime. Após o exame de corpo de delito, a autoridade policial recolheu algumas provas: uma toalha, uma camisa suja de sangue “e um pau com 0,44 de comprimento e 0,01 de diâmetro” também

¹² APMT – Auto de Corpo de Delito localizado na Lata – E – Ano - 1875.

“ensangüentado”, e conduziu a suspeita para a cadeia pública.

Rita Blandina foi levada para a Santa Casa em uma padiola da polícia e deu a alma ao *Criador* quando ali chegou. Depois de duas horas de seu falecimento, os médicos fizeram a autópsia no cadáver da vítima e informaram o seguinte:

1 – Aparelho Genital: A vagina estava dilacerada em quase toda sua face interna e perfurada em suas paredes anterior e sendo ferimentos de forma circular com três centímetros, mais ou menos de diâmetro: o colo interino tinha diversas escoriações, o corpo algumas eschimoses, os seus ligamentos e os ovários estavam sem alteração.

2 – Aparelho Urinário: A bexiga estava em grande parte eschimosada com um ferimento no seu corpo com a dimensão dos da vagina.

3 - Aparelho digestivo: a memória dos órgãos não foram afetadas exceto o reto que estava dilacerado na sua parede posterior na extensão de oito centímetros na face interna toda eschimosada do periteneo que liga entre si a bexiga e o reto, assim como o mesmo peritoneo .¹³

Após a conclusão da autópsia, o Delegado Joaquim José Roiz Calháo enviou um relatório ao então Presidente da Província, Hermes Ernesto da Fonseca, narrando o acontecimento. Finalizando seu relato, ele informa que o funeral foi providenciado pelo funcionário Carlos, da Santa Casa, que encaminhou o cadáver ao Cemitério da Piedade, na madrugada do dia seguinte, onde foi enterrado.

¹³ Ibidem.

O processo foi instaurado. Ana Josefa contratou como advogado o Sr. José da Costa Leite Falcão, foram ouvidas as testemunhas, mas ao final não lograram provar quem matou Rita Blandina.

Entretanto, pela documentação investigada, descobrir quem matou Rita não é muito difícil, mas o papel do historiador é fazer a crítica ao documento, questionar as evidências apresentadas, percorrer os discursos, que, no caso, são do delegado e dos médicos, *que aparecem como verdades dotadas de uma unidade interpretativa/criadora do real e das relações humanas*.¹⁴

Diante desses registros, o primeiro passo neste capítulo é renunciar a estas nomeações: *famílias dada à crápula, mulheres turbulentas, ébrias, prostitutas*, desconstruindo-as, para romper com essa razão histórica. Indagar quem nomeia, em que situação, para quem, e estabelecer, segundo Foucault¹⁵, o princípio das inversões das evidências, cruzando as informações dos discursos médicos com os do Delegado de Polícia, com o propósito de demonstrar as estratégias de racionalização do corpo da mulher. Logo, a análise documental residirá nos discursos policiais - seja nos relatórios, seja nos processos crimes, incluindo, é claro, os autos de corpo de delito.

As configurações discursivas de uma determinada realidade

¹⁴ Swain, Tânia Navarro. *A Construção Imaginária da História e dos Gêneros: O Brasil no século XVI*. In: Textos de História. Revista da Pós-Graduação em História da UNB. Volume 4, número 2, 1996.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 25.

emergem também na forma de detalhes, indícios e sinais, muitas vezes aparentemente insignificantes, retirados das narrativas médicas do auto de corpo de delito feito em Rita Blandina e do relatório do Delegado de Polícia, que iluminam o grau de violência com que o crime foi cometido.

Ainda desviando o foco para detalhes supostamente insignificantes, emergem algumas questões: primeira, "monte de Vênus", qual o seu significado, como ele foi construído historicamente; segunda, por que Júlia chamou a parteira.

II – A CONSTITUIÇÃO DO DISPOSITIVO DA ORDEM

A preocupação com a população como problema político e econômico, tendo como pano de fundo o controle da sexualidade, surgiu na Europa no século XVIII. Entretanto, no Brasil as preocupações com as transformações da sociedade se intensificaram a partir da década de 1830. Nesse período, várias rebeliões explodiram no território brasileiro, com freqüentes levantes de homens livres e escravos contra a ordem.¹⁶

Diante dessa desordem, inventaram “a imagem de uma nação, de uma unidade nacional e de uma administração pública apolítica e racional, devidamente assessorada por uma gama de saberes científicos e

¹⁶ Duarte, Regina Horta. Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais, no século XIX. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1995

imparciais”, a primeira estratégia política para desqualificar a descentralização e a heterogeneidade, em prol da homogeneização e da conciliação. Perante uma população dada a práticas adversas à ordem e à civilização, a estratégia passou a ser um controle mais rígido sobre os seus costumes e hábitos.¹⁷

Para constituir um Estado moderno, o grupo dominante necessitava de uma arte de governar que controlasse de forma eficiente os homens e mulheres que colocavam em perigo a tranquilidade e a paz do Império, tática essa fundamentada na governamentalização, com a criação de mecanismos de controle da vida, da noite e da mercadoria: através do esquadramento das cidades; do controle da taxa de natalidade, nascimentos de legítimos e ilegítimos; alimentação; moradia e, fundamentalmente, o controle da ordem.¹⁸

Tais movimentos de governamentalização do Estado Imperial Brasileiro instalaram-se de 1841 a 1843, com a nomeação do primeiro Chefe de Polícia, José da Costa Leite Falcão, um advogado cuiabano, formado na universidade da Província de São Paulo. A partir desta data começou a produção em série de relatórios (ocorrências policiais), cartas ofícios e correspondências, relatando sobre a manutenção da ordem pública. Tudo coordenado pela Secretaria de Polícia, cuja estrutura

¹⁷ Idem, Ibidem, pp.34, 35.

¹⁸ Idem, Ibidem, p. 38.

administrativa era formada por Chefe de Polícia, Delegado, Subdelegado e Inspetor de Quarteirão, cada qual com suas respectivas atribuições¹⁹

O papel do Chefe de Polícia foi direcionado para controlar, vigiar e esquadriñar a cidade em distritos e quarteirões, através de regulamentos, relatórios, estatísticas de crimes e inspeções nos lugares públicos, bem como:

*2º - Obrigar a assinar o termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas que perturbam o sossego público: e os turbulentos que, por palavras e ações, ofendem os bons costumes, a tranqüilidade pública e a paz das famílias.*²⁰

Assim, o aparato policial, o código de processo crime, o complexo judiciário instaurado nesse período são tramas da governamentalidade que se escreveram sobre os corpos. Para Certeau²¹, o direito *se apodera dos corpos para fazê-los seu texto*. Se as proibições com relação ao sexo são de natureza jurídica, como afirma Foucault, então podemos afirmar que o direito é a *matriz da produção discursiva sobre o sexo* na Província de Mato Grosso no século XIX.

O resultado da implantação desse campo discursivo será a negatificação das práticas sexuais dessas mulheres, nomeadas pelos

¹⁹ APMT. Documentação Avulsa. Maço – Secretaria de Polícia – Lata.A – ano -1843

²⁰ FIGUEIRAS JÚNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874.

²¹ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: I - Artes de fazer - Petrópolis - RJ: Vozes, 1994, p. 185.*

discursos policiais como *turbulentas, ébrias e prostitutas, de famílias dadas à crápula*, e a positividade de um novo modelo de mulher.

Vejam, então, um trecho de um relatório do Chefe de Polícia, de 1878:

*O ciúme é uma fonte inesgotável de horrorosos crimes [...] A embriagues é outro manancial de crimes especialmente dos que ofendem a moral pública. Este vicio deve ser hoje elevado à categoria de crime como tal ser reprimido.*²²

Outro relatório do Chefe de Polícia de 1887, diz o seguinte :

*As paixões mal refreadas por uma educação imperfeita a ignorância das classes menores desfavorecida da fortuna, a embriagues e uso de armas de defesas, proporcionam o ocasião para o crime, abolição de culpados, isso concorre para semelhante para semelhante estado de coisas.*²³

Essa regularidade discursiva, presente na maioria dos relatórios de Chefes de Polícia, visava a constituir verdades e estabelecer normas, valores e modelos de comportamento sexual, através de paradigmas que definiram a ordem e a desordem numa cidade inventada, para silenciar a polissemia das relações humanas.

²² APMT. Secretaria de Polícia – Relatório do Chefe de Polícia, 1878.

²³ APMT. Relatório do Chefe de Polícia, 1887.

Duas questões são fundamentais para essa análise: primeira, a educação como instrumento de controle das paixões desenfreadas; segunda, a invenção de lugares para silenciar, enquadrar, identificar e nomear as práticas desejanças.

Em relação à primeira, as reflexões de Carrara²⁴ sobre o controle da sexualidade, tanto na Europa como no Brasil, ajudam-nos a pensar. Para o autor, existiam dois modelos de intervenção: o movimento abolicionista, que se preocupava fundamentalmente não em dar liberdade à prostituição, mas sim em ter um controle rígido sobre o vício e a moléstia; e o movimento regulamentarista, que defendia a tese de que a prostituição tinha que ser regulamentada por ser uma questão de ordem sanitária.

Diz Carrara, sobre o movimento abolicionista, o seguinte:

De um modo geral, o abolicionismo nos remete a um tipo diferente de intervenção social que pode ser chamado de pedagógico-disciplinar. Como já foi enfatizada por Corbin, para os abolicionistas a solução do problema venéreo repousava sobretudo, no desenvolvimento, pelo indivíduo do seu de responsabilidade e autocontrole. Tal objetivo só poderia ser alcançado através da educação sistemática dos cidadãos e não através da coerção legal – ou seja, o importante era moralizar, persuadir, forjar novos hábitos, neutralizar o perigo através de uma intervenção ao nível da subjetividade e dos valores. Sem esse trabalho prévio de moralização, as leis seriam feitas para não serem cumpridas. Ao invés de um dispositivo legal, como proposto no modelo anterior,

²⁴ Carrara, Sérgio – A luta antivenérea no Brasil e seus modelos. In: Parke, Richard e Barbosa, Regina Maria (orgs.) Sexualidades brasileira. Rio de Janeiro: Relume Dumara: ABIA: IMS/Uerj, 1996.

*propunha-se um dispositivo educativo que, esclarecendo os indivíduos, altera-se seu comportamento.*²⁵

Pensando com o autor, e levando em consideração as especificidades de Cuiabá nesse tempo e espaço precisos, concordamos que esse dispositivo educativo está presente nos discursos dos Presidentes de Província e Chefes de Polícia não para controlar a *prostituição em Cuiabá, no século XIX*, nem para educar no sentido literal, mas para constituir sujeitos através de normas e códigos morais.

Nesse sentido, emergem outras questões: podemos pensar em um dispositivo da sexualidade em Cuiabá no século XIX? Existia algum local específico em Cuiabá para a prostituição ou as autoridades policiais inventaram lugares?

Segundo Foucault, o dispositivo da sexualidade não pode ser aplicado a qualquer tempo e espaço. Para o autor, é de fundamental importância levar em consideração as especificidades do lugar social. Nesse sentido, acompanhando as reflexões do autor, podemos afastar a idéia de dispositivo da sexualidade enquanto estatuto científico em Cuiabá, no século XIX, mas pensarmos no dispositivo policial ou em práticas policiais regidos pela ordem moral.²⁶

Assim, o relatório do Chefe de Polícia Joaquim Gaudie Ley, de

²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 21.

1852, retrata a sua preocupação com a falta de estrutura administrativa e de pessoas habilitadas para exercerem os cargos de Juiz de Direito e de Juiz de Paz, alegação que está presente na maioria dos relatórios. Porém, outro detalhe do relatório chamou-nos atenção:

*O auto teve mesmo nesta cidade foi de todo o pouco que possui uma dessas mulheres, cuja casa é de geral acesso, e nada se tem podido providências e nem saber.*²⁷

Ao nomear a casa dessa mulher como de *geral acesso*, o Chefe de Polícia enquadrou-a como uma transgressora da ordem e da moral vigentes, por habitar em um lugar em que se praticavam todos os vícios (orgias, prostituição, embriaguez, etc.).

Em quais outras ruas, travessas e becos ficavam essas *casas de geral acesso*? Quem foram essas mulheres?

A primeira pista para desconstruir essas imagens e representações formuladas pelas práticas policiais sobre as práticas desejantes dessas mulheres apareceu em uma petição de *habeas corpus*:

O paciente imperial, em data de 19 de julho do ano, próximo passado, vindo do distrito de Pedro 2º ao passar para a Travessa Campos, ali fora agredido por um grupo composto de praças do exército que estava parado

²⁶ Foucault, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998. P. 83-84.

²⁷ APMT. Documentação Avulsa; Secretaria de Polícia – Relatório do chefe de polícia Joaquim Gaudie Ley. Lata-b, 1853.

*na porta de uma meretriz, descarregarão sobre ele diversas bengalas.*²⁸

Outro documento aponta um conflito ocorrido nessa mesma Travessa Costa Campos:

*Ao anoitecer de 18 do corrente houve foi rixa na Travessa Costa Campos, entre as ruas Formosas e 13 de Junho. Promovida por diversos praças e operários.*²⁹

A documentação apresentada nos permite levantar algumas indagações sobre *a casa de livre acesso*, apontada enfaticamente pelo Chefe de Polícia: será que esta “casa” está localizada na Travessa Costa Campos?

Talvez outro caso ocorrido nessa mesma rua, que em 1889 recebia o nome de rua da Constituição (Travessa Campos, rua da Constituição, hoje rua Togo Pereira), ajude-nos. O Subdelegado Cypriano José da Costa Campos apresentou uma denúncia contra o italiano Antônio Carlos, alegando que o mesmo não pagava corretamente o aluguel de uma casa na Travessa Costa Campos, acrescentando o seguinte sobre o comportamento moral do italiano:

É geralmente considerado cáften e que de há muito tem sofrido acusações tremendas parte das famílias as mais respeitadas do distrito

²⁸ *Ibidem.*

²⁹ APMT. Maço – Secretaria de Polícia; Ocorrência policial. Lata-a, 1878.

*Pedro 2º , onde se alojão alguns entes notoriamente depravados e imorais, os quais entre si formam a tal família (se é que é família) que a supra dito na sua petição de queixa diz possuir[...]*³⁰

O mais interessante é que todas as acusações feitas pelo Subdelegado contra o italiano Antônio Carlos são o resultado de uma disputa em decorrência de inadimplência no pagamento do aluguel de uma casa. Por isso, ele desclassifica a família moralmente, nomeando o italiano de "negociador de prazeres", um "cáften".

Mas que importância tem esse caso para a nossa investigação sobre as casas de *geral acesso*? Precisamos, então, seguir mais pela cidade em busca de detalhes e indícios.

Encontrei em um sumário crime de 1887 o seguinte relato da primeira testemunha:

*Respondo que no dia vinte e dois próximo passado havendo muitas pessoas embriagadas na freguesia, o inspetor do 1º quarterão Domingos Rodrigues mandou ele testemunha que fosse chamar o encarregado do destacamento Daniel Francisco Brandão a fim de reunir para procederem ronda visto que já havia algum barulho, pelo lado da Rua Nova, em vista dele foi dar o recado ao Daniel.*³¹

Outro processo crime em que aparece a Rua Nova aconteceu em 1877, relatando a quinta testemunha o seguinte:

³⁰ APMT-Cartório 6 ofício- processo crime, caixa 245

*Disse mais que no dia vinte e quatro de junho pelas duas horas da tarde foram em sua casa convidar-lhes para verem em batuque na Rua Nova na casa do Mestre Antonio. Chega no dito batuque ficaram até nove horas da noite em que ela testemunha retirou-se para sua casa.*³²

Continuando essa investigação, encontrei em um relatório do Chefe de Polícia o seguinte:

*A 27 de Dezembro vieram conduzidas à polícia e foram devidamente advertidas de prostitutas Sebastiana Brandão, Malvina Augusta, Tereza Maria da Silva e Ana Rufina de Oliveira por estarem fazendo algazarra em casa na Rua Barão de Melgaço.*³³

Pela documentação aqui apresentada o dispositivo da ordem inventou uma identidade sexual e fixou um lugar para “as casas de livre acesso”. Precisamos inverter essas evidências e renunciar a essas nomeações. Neste sentido, recorreremos a Luíza Volpato, que nos aponta um dado importante:

*Análise dos ofícios e relatórios dos Chefes de Polícia não evidencia uma preocupação, durante o período estudado, de identificar as prostitutas que viviam em Cuiabá e nem de segregá-las em espaço determinado da Cidade.*³⁴

³¹ APMT. Tribunal da Relação – Sumário crime, 1887.

³² *Idem, ibidem.*

³³ APMT. Secretaria de Polícia. Lata-a, 1875.

³⁴ VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Cativos do Sertão – Vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850 – 1888* 1990.

Concordamos com a autora, pois a documentação da Secretaria de Polícia e os processos não apresentam nenhuma preocupação em determinar o espaço ideal da geografia do prazer ou das “casas de livre acesso”, apesar de serem consideradas pelas autoridades policiais “como focos de meretrício.”³⁵ Portanto, o problema reside em saber que tipo de prostituição era praticada por essas mulheres nomeadas de “turbulentas, ébrias e meretrizes”. É possível, nesse tempo e espaço, pensar a prática de vida dessas mulheres como prostituição? Talvez a questão mais importante seja realizar um deslocamento da problemática da existência ou não de prostituição, afastar a preocupação em saber quem era a prostituta nesse momento histórico, mas dar visibilidade às relações dessas mulheres com os homens, evitando, dessa forma, cair em armadilhas anacrônicas.

Nesse sentido, Tânia Navarro argumenta:

*Paul Veyne adverte muitas vezes em seus livros a respeito da utilização dos anacronismos na história, das palavras cujos sentidos pertencem à rede atual de significações, empregada para significar seres ou situações longínquas no tempo e no espaço.*³⁶

Essa preocupação não esteve presente nas análises de Laura Antunes Maciel³⁷, quando analisou as produções do Instituto Histórico sobre a Capital de Mato Grosso no período em questão. Mesmo sem a

³⁵ *Ibidem.*

intenção de desqualificar a importância de sua obra para o avanço da historiografia mato-grossense, tentarei demonstrar os possíveis desvios que essa pesquisadora cometeu.

Em minha opinião, a pesquisadora comete dois equívocos: o primeiro quando apresenta um poema que fala dos lugares “mal afamados de Cuiabá”:

É quase noite
Está deserta a praça
Fatigada repousa aquela grande raça (...)
Entro por estas ruas: de baixo e Prainha
Há luz, escuto vozes naquela casinha
A conhecida casa da mestiça Andreza,
A tentação maior de toda redondeza,
A mulher que faz bagunça e sururu na vila
No seu bordel há sempre tiro, pau, quizila (...)
Rua de Cima, pouco alem do Beco Torto
Bom vinho português bebido em Cuiabá
Com cachaça de cano e gostoso aluâ (...)
Ao lado, fim do Beco, tem o bar Borrvalho
Onde existem mulheres, cachaça e baralho
Gente entendida, “Dona” com grande maestria (...)
De quando em vez há grandes festas, alegria,
Jogos de prendas, bailes e pancadarias.³⁸

O segundo equívoco ocorreu ao acompanhar a historiografia tradicional, quando ela cita o seguinte trecho:

³⁶ NAVARRO, op.cit, p. 151.

³⁷ MACIEL, Laura Antunes. *A Capital de Mato Grosso*, 1992.

Assim é o velho Beco do Candieiro que já foi tudo na cidade: caminho das 'Lavras do Sutil', rua principal do arraial de Cuiabá e desde o início da cidade, zona de meretrício.³⁹

A autora não critica a visão anacrônica de invenções de lugares “mal afamados”, não leva em consideração que essa construção espacial faz parte de outras representações sociais que buscavam, basicamente, fundar uma memória para tornar tudo familiar, apregoando que sempre foi assim e sempre será⁴⁰ e reforçando, dessa forma, a noção de razão histórica, que homogeneiza os lugares no tempo e espaço, numa continuidade histórica.

Desse modo, não é necessário perguntar por que são nomeadas enquanto “mulheres turbulentas, ébrias e prostitutas”, fixadas em “zonas” e as suas famílias classificadas como dadas “à crápula”, mas é fundamental indagar para que servem essas nomeações, classificações e fixações. O objetivo, então, desse discurso que emerge do passado e sobre o passado foi muito mais o de fixar uma memória, para identificar essas mulheres, fiscalizá-las e utilizá-las numa estratégia de ordenação e controle de suas práticas sexuais contrárias ao novo modelo de mulher.

³⁸ *Ibidem*, p. 36.

³⁹ *Ibidem*, p. 37.

III - CORPO DE DELITO - O ATESTADO MORAL DA MULHER

Tentaremos, a partir deste momento, discutir a metáfora preconizada pelos médicos que analisaram o corpo de Rita Blandina, quando utilizaram a expressão "monte de vênus", relacionando com outra imagem feminina que emerge dessa narrativa médica e policial.

Segundo Freire, o modelo de mulher inventado pela cultura iluminista entre o final do século XVIII e começo do século XIX, quando se instaurou uma nova ordem política e econômica, acrescentava ao corpo feminino uma identidade sexual e uma função social e cultural.

Para esse autor, até o século XVIII não havia no Ocidente divisão entre a sexualidade masculina e feminina. Os órgãos genitais das mulheres tinham como referência os do homem: “útero era o escroto, os ovários eram os testículos, a vulva era o prepúcio e a vagina era um pênis”⁴¹. Complementa, ainda, que o corpo feminino passou a sofrer diferenciações em decorrência das novas formas de relações sociais que se instalaram com as revoluções burguesas.

A solução encontrada por essa nova ordem burguesa foi a criação científica de argumentos que justificassem qual a principal capacidade das mulheres: primeiro, as mulheres possuíam um autocontrole de sua

⁴⁰ Op. Cit. P. 140

⁴¹ COSTA, Jurandir Freire. *O referente da identidade homossexual*, In: Parker, Richard e Barbosa, Regina Maria. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumara: ABIA:IMS/Uerj, 1996.

sexualidade; segundo, devido a sua fragilidade biológica natural, a sua vocação seria a de coordenar a vida privada; terceiro, atribuía-se a elas, nessa nova “economia política de reordenação da sexualidade dos indivíduos”, a função de gerar filhos e ser as guardiãs das famílias.

Assim, após essa distinção da anatomia e da fisiologia reprodutiva entre homens e mulheres, o próximo passo foi dissociar o orgasmo da reprodução. Ou seja, as mulheres foram dispensadas do prazer sexual para cuidarem somente da família⁴².

Assim, o monte de Vênus, simbolicamente utilizado e configurado no contexto dos discursos médicos pesquisados, representava o novo modelo de mulher, flagrado nos discursos na cidade de Cuiabá, no século XIX. Evidentemente, esse modelo era utilizado pelos Chefes de Polícia, Promotores, Juízes, Advogados e médicos que buscavam fixar uma identidade sexual fundamentada nesse tipo de mulher inventada no mundo racional.

Isso nos remete ao caso Ana Josefa, quando questionamos por que Júlia chamou a parteira. Patrícia Crawford, ao analisar o conhecimento sexual na Inglaterra, apresenta-nos algumas reflexões esclarecedoras. Para a autora, o conhecimento sexual estava associado à reprodução, por isso o papel da parteira foi de fundamental importância na transmissão do

⁴² Ibidem, p. 75.

conhecimento sexual entre as mulheres⁴³.

Neste sentido, o caso de Felismina Ferreira, deflorada por Pedro Leite em 1889, aponta alguns sinais importantes para pensarmos com a autora mencionada anteriormente. Examinemos o auto de corpo de delito assinado pelo Dr. Dormevil José Malhardo e pelo Dr. Augusto Novis, no qual foi relatado o seguinte:

*“...encontrarão os grandes lábios um pouco afastado, o canal vaginal dilatado, a membrana hîmen com cicatrização completa a seus retalhos. Não havia mais sinais de violência da parte do agressor”.*⁴⁴

O depoimento de Antônia Rosa é muito instigante sobre o estado da ofendida:

*“Sendo chamada por Maria Bernadino Pinto para examinar Felismina, reconheceu estar ela grávida de três meses mais ou menos”.*⁴⁵

Relacionando essas informações, sobressai um paradoxo no tocante às datas. Enquanto o auto de corpo de delito foi realizado em 16 de maio de 1889, o depoimento de Antônia Rosa foi no dia 28 de maio de 1889.

Essa contradição merece uma maior apreciação, valendo ressaltar que os médicos que assinaram o exame de corpo de delito são os mesmos

⁴³ CRAWFORD, Patrícia. *O conhecimento sexual da Inglaterra..In:Porter,Roy e Teich,Mikulas(orgs) – Conhecimento Sexual - A história das atitudes em relação a sexualidade.São Paulo:Unesp,1998 p.110*

⁴⁴ APMT. Cartório do 6º Ofício, processo crime, 1889.caixa 180

⁴⁵ APMT. Tribunal da Relação, processo crime, 1860. caixa 75

no caso de Ana Josefa Guimarães, que supostamente, na visão das autoridades policiais, assassinara sua irmã Rita Blandina.

Desta forma, precisamos investigar esses autos de corpo de delito e as práticas policiais nessas avaliações morais com relação às vítimas de defloramento e estupro, para desconstruir essa máquina produtora e normalizadora de condutas sexuais no século XIX. Para tanto, recorro a alguns processos crimes de estupro e defloramento .

Dia 25 de agosto de 1860. Era um sábado. Maria Conceição, uma menina de nove anos, foi estuprada por Veríssimo em sua própria casa, localizada à beira do Córrego do Barbado. Segundo o depoimento da vítima, o réu, ao passar por sua casa ao “entrar do sol”, pediu-lhe um copo de água e um cigarro, no que foi atendido por ela. Ocorre que, ao se abaixar para cortar mais fumo, Veríssimo agarrou-a pelo pescoço, conduziu-a para o quarto e, apesar dos gritos e pedidos de socorro da vítima, concretizou as suas intenções.

Existem ainda nesse depoimento detalhes importantes, como, por exemplo, a pergunta formulada pelo Chefe de Polícia a Maria da Conceição: *Perguntada mais se Veríssimo não lhe fez em algum tempo alguma promessa ou dádiva*⁴⁶. Ela respondeu a essa questão afirmando que ele prometera um lenço e nada mais.

Aqui a estratégia do Chefe de Polícia fica evidente: desqualificar o

crime cometido pelo réu. E objetivando consolidar mais a tese da promessa, ele formula outra pergunta:

“Perguntada mais que motivo teve Veríssimo para fazer a promessa de que se trata, e se ele não exigiu uma retribuição, que ela interrogada lhe desse ou fizesse alguma coisa”.⁴⁷

Essas indagações visavam provar que uma mulher honesta não receberia uma promessa e que, portanto, Maria Conceição era uma mulher desonesta no imaginário da autoridade policial. Não importava desvendar se era mentira ou verdade que ela recebera um lenço em troca da relação sexual, como insinuou o Delegado. Apesar do corpo de delito apresentar a prova material do crime: houve cópula carnal, houve rompimento do hímen e, fundamentalmente, a menor idade da vítima, todas essas questões eram irrelevantes para a investigação policial, porque estava em jogo a investigação moral.

Ora, diante dessa perspectiva de investigação policial, a vítima, para ser defendida pela justiça, teria que apresentar em seu relato evidências materiais da realização do ato, como diz Maria Conceição:

⁴⁶ APMT. Tribunal da Relação, processo crime – 1860.

⁴⁷ Ibidem, p. 18.

*“Respondeu, que foi se embora nada dizendo a ela interrogada, deixando-a prostrada e esvaindo-se em sangue no lugar do delito na completa impossibilidade de se levantar”.*⁴⁸

Essas evidências materiais são, portanto, para demonstrar claramente que nessa relação houve muita dor e sangue, porque esses são os emblemas da “perda da virgindade”.

Prosseguindo nessa investigação, o depoimento do réu é bastante revelador:

*“Disse mais que tanto não era ele o perpetrador do crime argüido, quanto é certo a asserção da mesma testemunha quando asseverou que nem ouvira gritos de socorros de seu vizinho, nem manchas de sangue ou outra qualquer matéria libidinosa em sua vestimenta, o que por certo haveria se por ventura procedente fosse a informação da paciente, quando disse que ele réu do crime seguira imediatamente para casa da testemunha...”*⁴⁹

Duas questões ficam evidentes nesse depoimento: a primeira diz respeito ao fato de que nenhuma das testemunhas ouviu os gritos de socorro da vítima, significando, na versão do réu, uma relação consentida, ou seja, houve prazer sexual devido ao silêncio ocorrido no momento do ato; a segunda questão refere-se à ausência de esperma na roupa do réu, indicando a falta de uma relação sexual. Para entendermos essas questões

⁴⁸ Ibidem, p. 20.

⁴⁹ APMT – Tribunal da Relação – processo crime, ano: 1860 - Caixa 45.

precisamos inverter a segunda questão, aproximando-nos do imaginário sexual masculino no século XIX.

Corbin, ao analisar em seu texto as recomendações médicas sobre relações sexuais, aborda um dado importante:

*“Na versão dos médicos, a capacidade de fecundação tem primazia sobre qualquer outra consideração. O pleno êxito do coito requer o vigor do macho e a rapidez no ato (...)”.*⁵⁰

Para a nossa investigação, esses argumentos do autor são importantes no seguinte sentido: se em suas roupas não havia esperma, levando em consideração a gestão espermática, a ausência de gritos e de pedidos de socorro representa que a ré obteve prazer sexual.

Isso significa que o comportamento de Maria Conceição estava comprometido moralmente, tendo em vista que sua condição social e cultural, e as práticas sexuais, na visão do Chefe de Polícia e do réu contradiziam o novo modelo de sexualidade feminina gerada nessa cultura iluminista.

Entretanto, a perseverança no combate a esse “fantasma da prostituição”, presente nos discursos policial e médico, não era exclusividade masculina, conforme se pode ver a partir do caso que aconteceu em 1864, na localidade de Santo Antônio do Rio Abaixo, onde

⁵⁰ CORBIN, Alain. *A pequena Bíblia dos jovens nubentes*.

uma escrava foi espancada, queimada e levada à morte porque não revelou a sua senhora quem a havia deflorado⁵¹.

Ao meio-dia, em Santo Antônio do Rio Abaixo, a escrava Maria compareceu à casa de Mariana Rodrigues Mendes, pedindo-lhe apadrinhamento, tendo em vista que sua senhora, Rita, queria obrigá-la a dizer o nome do autor de seu defloramento, o que para ela não tinha grande importância.

Atendendo a solicitação da escrava, Mariana levou-a de volta ao rancho de sua senhora para tentar remediar a situação da cativa. Dona Rita Ferreira de Souza, ao ouvir as ponderações de sua vizinha, não concordou com o apadrinhamento e autorizou duas escravas de sua propriedade a amarrar a escrava Maria e espancá-la até confessar quem fora o autor de sua desgraça.

Durante toda a tarde ela foi chicoteada, e, como não confessava, sua senhora entrou no quarto e intensificou o espancamento com bordoadas e queimaduras em uma parte de seu corpo. Em decorrência disso, ao entrar do sol, a escrava Maria não agüentou mais os castigos e faleceu. O seu corpo nu, por ordem de sua senhora, foi jogado no batente do rancho.

A justificativa apresentada no inquérito, pela senhora Rita Ferreira de Souza, foi a seguinte:

⁵¹ APMT – Cartório 6º ofício – Processo crime, 1864.caixa -38

*“Respondeu contando a ela interrogada que a dita escrava achava-se deflorada e sendo esta de menor idade é a companheira que dormia no quarto de sua filha moça (...).”*⁵²

Por que era importante para a senhora Rita Ferreira de Souza saber quem era o autor do defloramento da escrava Maria? Em que medida isso colocava em perigo a honra de sua filha? O que representava a exposição do corpo nu? São questões difíceis de responder. O que podemos é levantar alguns indícios no próprio depoimento da ré, considerando que a escrava fazia parte da sua vida privada.

Vejamos, então, outra parte do seu depoimento:

*“...Pois antes a queria muito, que tinha a primazia de dormir no quarto com sua filha, tanto que amamentou em seus próprios peitos”.*⁵³

Diante desses detalhes outra questão emerge: era comum na década de 1860, na fronteira do Império, uma mãe amamentar sua própria filha, quiçá uma escrava?

A propósito, Londa Schiebner aponta algumas reflexões sobre a história cultural do seio. Para a autora, o seio representava, bem antes de Lineu, “o sublime e o bestial na natureza humana”. Os seios flácidos representavam os pecados da carne e os seios firmes eram os emblemas da

⁵² Ibidem, p. 14.

⁵³ Ibidem, p. 16.

virgindade. A partir do final do século XVIII, as idéias de Lineu sobre a importância do seio para a amamentação, seja humana ou não-humana, ganharam forças com as novas correntes políticas que visavam uma reestruturação na assistência às mulheres e crianças⁵⁴.

A partir desse momento, foi deflagrada na Europa uma campanha para conscientizar as mulheres sobre a importância do aleitamento materno, conforme explica a autora:

*“Voltar à natureza e suas leis era visto como a maneira mais segura de acabar com a corrupção e regenerar o Estado, moral e economicamente. Rousseau, o autodesignado porta-voz da natureza da sua época, via na recusa das mães em amamentar a fonte da depravação nacional.”*⁵⁵

Se na Europa, no final do século XVIII, houve toda essa campanha sobre a importância do aleitamento materno, será que a senhora Rita já tinha consciência disso? Dificilmente tal hipótese poderia ser respondida positivamente, ainda mais em se considerando que havia um “grande” mercado de amas-de-leite na Província de Mato Grosso, principalmente na Capital. A preocupação em combater as amas-de-leite só começou a ser discutida no final do século XIX. Portanto, a argumentação da ré não se sustentava com relação a sua alegação de ter amamentado a escrava.

Voltemos à questão: por que ela usou dessa estratégia maternal?

⁵⁴ SCHIEBINGER, Londa. *Mamíferos, Primatologia e Sexologia*. In: Porter, Roy e Teich, Mikulas – *Conhecimento Sexual, Ciência Sexual – A história das atitudes em relação a sexualidade* São Paulo: Unesp, 1998. p.236

Examinando o processo crime com maior cuidado, surgiram alguns detalhes que nas leituras anteriores passaram despercebidos: o primeiro está no auto de perguntas feitas à ré:

*“Dona Rita Ferreira de Souza de trinta e três anos, casada em segundas núpcias com Antônio Roy Felipe (...)”*⁵⁵

O segundo detalhe consta na denúncia do Promotor:

“(...) e pretendendo saber, por meio de confissão desta, quem fora o autor do defloramento, não conseguiu; e por esta razão, toda cheia de despeito, ou de mais pensamentos, infligiu-lhe um castigo rigoroso (...)”.

A nossa hipótese sobre esse crime consiste em demonstrar que a senhora Rita Ferreira de Souza inventou toda essa trama familiar (filha, moral, amamentação) porque ela sabia quem havia deflorado Maria, intensificando o castigo não para ouvir a confissão, mas por considerar que a escrava traía sua confiança com alguém muito especial para ela.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, podemos dizer que as autoridades jurídicas e médicas utilizavam estratégias sutis para desqualificar a mulher estuprada ou deflorada, fossem livres ou escravas, como demonstram alguns processos crimes que agora verificaremos.

No dia 15 de setembro de 1878, Maria, escrava de Bernadina da Silva Oliveira, vinha da bica do Rosário às oito horas da noite carregando

⁵⁵ Ibidem p. 238.

⁵⁶ APMT – Cartório 6º Ofício, p. 27.

um pote com água para sua senhora. Quando passou pela ponte do Rosário foi abordada pelo Sr. Floriano de Souza Neves, na rua Sete de Setembro, com a intenção de conduzi-la para um quartinho na mesma rua, para saciar seus instintos libidinosos. Opondo-se a essa tentativa, Maria argumentou que ainda era donzela. Ouvindo-a, Floriano desistiu de seu intento. Entretanto, o seu companheiro, o Sr. Manoel Máximo Pacheco, aproveitou a oportunidade, fechou a porta, agarrou-a, atirou-a ao chão, sobre uma esteira, e a deflorou, apesar de seus gritos⁵⁷.

Durante o inquérito policial foi ouvido como testemunha o Sr. Floriano de Souza Neves, que informou o seguinte sobre a sua atitude: *...parecendo a ele testemunha que a referida Maria fosse rapariga já do mundo...*⁵⁸

Mais interessante nessa investigação é o depoimento do réu, que explicou o seu ato da seguinte forma:

*“Respondeu que achando a escrava Maria sentada em uma esteira, ofereceu-lhe uma nota de quinhentos réis e convidou-a para ter cópula carnal com ele respondente, e não havendo Maria lhe posto obstáculos algum ele respondente virou de costas sobre a esteira e se serviu dela”.*⁵⁹

Os três casos aqui apresentados explicitaram a forma como as autoridades policiais buscavam, ao formular perguntas, demonstrar a

⁵⁷ APMT – Cartório 6º Ofício, Processo Crime, 1878.

⁵⁸ APMT – Cartório 6º Ofício, Processo Crime, 1878.

conduta moral das vítimas de estupro e defloramento: andar fora do horário, não gritar ou pedir socorro no momento da cópula carnal, alegar que a vítima consentiu em troca de um presente etc. Mas essa teatralização não ficava somente nos discursos dos Chefes de Polícia ou dos réus, ela aparecia nas narrativas médicas como um julgamento moral do corpo feminino, da seguinte maneira:

“Convidados pelo senhor delegado de polícia, a procederem a um exame na menor Amélia Alexandrina Caldas, notam ser a mesma de estatura mediana, constituição forte, de desenvolvimento pronunciado e nada revelado em sua fisionomia e modos que indicasse hábitos receosos. Examinando os seios faltavam aquela firmeza que só se nota em pessoas ainda virgens e era ela bastante flacidez bastante pronunciada. Exame dos órgãos sexual revela o seguinte: o grande lábio estava um pouco afastado apresentavam o desenvolvimento sensivelmente pronunciado; quando se produzia o desvio das coxas eles apresentavam maior abertura na parte inferior da vulva, não se notando aquela cor rosa e lisura que se verificou nas virgens, os pequenos lábios estavam irregularmente despedaçados e seus retalhos em progressiva cicatrização. A penetração do dedo indicador na vagina que se achava sensivelmente dilatada era fácil a despeito da dor produzida na paciente.”⁶⁰

O atestado de sua moralidade estava emitido: a vítima não apresentou nenhum receio ao retirar a roupa perante os médicos e testemunhas; os seios eram totalmente flácidos; a vulva não possuía mais a

Comentário: Acho que se faz necessário, se possível, uma revisão dos originais dessas citações, pois como elas são feitas numa linguagem antiquada, fica difícil saber onde pode ter ocorrido algum deslize de digitação. Digo isso porque alguns textos dessas citações parecem truncados, além de apresentarem graves erros de concordância, mesmo para um português antigo.

⁵⁹ Ibidem, p. 20.

⁶⁰ APMT – Cartório 6º Ofício, processo crime, 1887.

cor rosa; a vagina dilatada e a penetração do dedo indicador significava “sutilmente” que a ofendida há muito tempo mantinha relações sexuais⁶¹. Todos esses dados na narrativa médica representavam que a vítima era “rapariga do mundo” .

IV - PRÁTICAS ABORTIVAS NO ESPAÇO URBANO DE CUIABÁ

A preocupação com a população como problema político e econômico, tendo como pano de fundo o controle da sexualidade, surgiu na Europa no século XVIII. Entretanto, no Brasil as preocupações com as transformações da sociedade se intensificaram a partir da década de 1830. Nesse período, várias rebeliões explodiram no território brasileiro, com freqüentes levantes de homens livres e escravos contra a ordem. ⁶²

Diante dessa desordem, inventaram “a imagem de uma nação, de uma unidade nacional e de uma administração pública apolítica e racional, devidamente assessorada por uma gama de saberes científicos e imparciais”, a primeira estratégia política para desqualificar a descentralização e a heterogeneidade, em prol da homogeneização e da conciliação. Perante uma população dada a práticas adversas à ordem e à

⁶¹ Esteves,Martha de Abreu -Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 83.

⁶² Duarte,Regina Horta. Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais,no século XIX.Campinas,SP:Ed.Unicamp,1995

civilização, a estratégia passou a ser um controle mais rígido sobre os seus costumes e hábitos.⁶³

Para constituir um Estado moderno, o grupo dominante necessitava de uma arte de governar que controlasse de forma eficiente os homens e mulheres que colocavam em perigo a tranquilidade e a paz do Império, tática essa fundamentada na governamentalização, com a criação de mecanismos de controle da vida, da noite e da mercadoria: através do esquadrinhamento das cidades; do controle da taxa de natalidade, nascimentos de legítimos e ilegítimos; alimentação; moradia e, fundamentalmente, o controle da ordem.⁶⁴

Tais movimentos de governamentalização do Estado Imperial Brasileiro instalaram-se de 1841 a 1843, com a nomeação do primeiro Chefe de Polícia, José da Costa Leite Falcão, um advogado cuiabano, formado na universidade da Província de São Paulo. A partir desta data começou a produção em série de relatórios (ocorrências policiais), cartas ofícios e correspondências, relatando sobre a manutenção da ordem pública. Tudo coordenado pela Secretaria de Polícia, cuja estrutura administrativa era formada por Chefe de Polícia, Delegado, Subdelegado e Inspetor de Quarteirão, cada qual com suas respectivas atribuições⁶⁵

O papel do Chefe de Polícia foi direcionado para controlar, vigiar e

⁶³ Idem, Ibidem, pp.34, 35.

⁶⁴ Idem, Ibidem, p. 38.

⁶⁵ APMT. Documentação Avulsa. Maço – Secretaria de Polícia – Lata.A – ano -1843

esquadrinhar a cidade em distritos e quarteirões, através de regulamentos, relatórios, estatísticas de crimes e inspeções nos lugares públicos, bem como:

*2º - Obrigar a assinar o termo de bem viver aos vadios, mendigos, bêbados por hábito, prostitutas que perturbam o sossego público: e os turbulentos que, por palavras e ações, ofendem os bons costumes, a tranqüilidade pública e a paz das famílias.*⁶⁶

Assim, o aparato policial, o código de processo crime, o complexo judiciário instaurado nesse período são tramas da governamentalidade que se escreveram sobre os corpos. Para Certeau⁶⁷, o direito *se apodera dos corpos para fazê-los seu texto*. Se as proibições com relação ao sexo são de natureza jurídica, como afirma Foucault, então podemos afirmar que o direito é a *matriz da produção discursiva sobre o sexo* na Província de Mato Grosso no século XIX.

O resultado da implantação desse campo discursivo será a negatificação das práticas sexuais dessas mulheres, nomeadas pelos discursos policiais como *turbulentas, ébrias e prostitutas, de famílias dadas à crápula*, e a positividade de um novo modelo de mulher.

Vejamos, então, um trecho de um relatório do Chefe de Polícia, de 1878:

⁶⁶ FIGUEIRAS JÚNIOR, Araújo. *Código do processo do Império do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1874.

*O ciúme é uma fonte inesgotável de horrorosos crimes [...]
A embriagues é outro manancial de crimes especialmente dos que ofendem a moral pública. Este vicio deve ser hoje elevado à categoria de crime como tal ser reprimido.*⁶⁸

Outro relatório do Chefe de Polícia de 1887, diz o seguinte :

*As paixões mal refreadas por uma educação imperfeita a ignorância das classes menores desfavorecida da fortuna, a embriagues e uso de armas de defesas, proporcionam o ocasião para o crime, abolição de culpados, isso concorre para semelhante para semelhante estado de coisas.*⁶⁹

Essa regularidade discursiva, presente na maioria dos relatórios de Chefes de Polícia, visava a constituir verdades e estabelecer normas, valores e modelos de comportamento sexual, através de paradigmas que definiram a ordem e a desordem numa cidade inventada, para silenciar a polissemia das relações humanas.

Na primeira parte deste Capítulo questionamos a presença da parteira Virgínia, que foi chamada pela liberta Júlia para examinar a sua senhora que estava esvaindo-se em sangue.

Agora, supomos que a liberta, ao ver a cena descrita acima,

⁶⁷ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: I - Artes de fazer* - Petrópolis - RJ: Vozes, 1994, p. 185.

⁶⁸ APMT. Secretaria de Polícia – Relatório do Chefe de Polícia, 1878.

⁶⁹ APMT. Relatório do Chefe de Polícia, 1887.

imaginou que Rita Blandina praticara um aborto. Essa possibilidade é remota, mas, cruzando essa documentação com outro processo crime, o impossível torna-se possível de imaginar.

Localizamos um processo crime em que Raimundo, escravo de João dos Santos do Amaral, foi acusado de estelionato. Ao folhear a documentação, percebemos o quanto os depoimentos sobre as práticas do escravo Raimundo eram reveladores para esta pesquisa.⁷⁰

Começamos pelo interrogatório do réu. Ele relata em seu depoimento que tinha como prática fechar o corpo das pessoas que o procuravam, fazendo cruces com um ferrinho e várias rezas, que recitava em voz alta. Informou, ainda, que fez sair do corpo de uma mulher *uma jibóia, uma jararaca e uma boipeva*, utilizando beberagens que ele lhe deu, como purgativo, fazendo com que ela evacuasse tais cobras.

Qual o significado dessas cobras, cigarras e outros bichos? Para responder a essa indagação e melhor desconstruir as imagens e representações inventadas pelo dispositivo da ordem, precisamos conhecer os depoimentos das testemunhas.

O primeiro depoimento, do Sr. José Leite da Cunha, revela que ele conhecia o escravo Raimundo como um bom curandeiro de malefícios e ouviu dizer de pessoas que foram consultar com o réu o seguinte:

⁷⁰ APMT. Cartório do 6º Ofício, processo crime, 1877.

“...Ele fecha corpo, tira cobras, cigarras e outros tipos de bichos, fazendo curativos nas pessoas”.⁷¹

Acrescentou ainda em seu relato que o curandeiro não cobrava nada das pessoas que não tinham condições de pagar, sendo interrompido pelo réu, que disse:

“Ser exato que o povo o procurava para aplicar remédios que aprendera com o Dr. Camilo em Santarém e então satisfazia na melhor e maior boa fé do que com isso não praticava com outros, tanto mais porque a remuneração do seu trabalho era sempre na razão da liberalidade dos doentes com ele”.⁷²

Maria Silva Rondon, com problemas de insônia e fome desesperadora, resolveu procurar o curandeiro para colocá-la em bom estado de saúde. Disse ela que o curandeiro deu-lhe beberagem composta de folha de matos e aplicou em seu braço um pequeno canudo de folha de plantas, fez cruzeiros e logrou extrair de seu corpo três cascudos, sendo um vermelho e dois pretos, e dois corós. Ela ressaltou que o seu companheiro pagou uma certa importância para o curandeiro.

Outra testemunha, Adriana Correa, relatou sua experiência com o curandeiro da seguinte maneira:

⁷¹ Idem, Ibidem, pág. 04.

“Respondeu que estando sofrendo de uma moléstia que não era de Deus no que acreditou por terem improficuo os medicamentos que havia tomado da botica da Santa Casa procurou o curandeiro para resolver o seu problema. O acusado fazendo-lhe certos riscos no braço direito dele extraiu um cagadozinho amortecido, aplicando para esse fim um canudinho de latão”.⁷³

Maria Rita, moradora na rua 27 de dezembro, com a barriga bastante crescida, recorreu ao réu para resolver os seus incômodos. Disse a testemunha que ao chegar no sítio onde Raimundo atendia a sua clientela, distante da cidade seis léguas, tomou uma beberagem que, após alguns dias, a fez lançar três cobras *com dores como se fosse de parto*. O réu tirou com um canudo de lata de sua perna três cobras ainda vivas.

Analisando esses depoimentos torna-se necessária uma pergunta: por que as autoridades judiciárias, que na montagem dos processos crimes realizavam uma filtragem na linguagem popular, exercendo um controle rigoroso nas expressões, buscando demonstrar através da escrita um ato de civilidade, permitiram que aflorasse nos depoimentos das testemunhas: cobras, cigarras, cagadozinho amortecido e corós? Qual o sentido desse discurso?

⁷² APMT. Cartório do 6º Ofício, processo crime, 1877.

⁷³ Idem, ibidem, pag 10.

Antes de responder a essas questões precisamos salientar que a documentação aqui pesquisada evidenciou alguns indícios das práticas corporais dessas mulheres.

Investigando a documentação da Santa Casa, percebemos que esse nosocômio cumpriu à risca os seus objetivos, as suas finalidades de somente prestar assistência aos pobres e, em nenhum momento, de acordo com esta pesquisa, uma mulher deu à luz a uma criança nesse recinto. Isso significa que havia na cidade de Cuiabá um grande número de parteiras que, além de fazerem partos, provavelmente ensinavam as práticas contraceptivas para as mulheres.

Por outro lado, era muito comum nesse momento histórico a prática de infanticídio: os fetos eram abandonados perto de cemitérios, na beira do rio, bem como em outros locais da cidade, sendo raro as mães deixarem suas crianças na roda dos expostos, como afirma Peraro em sua investigação:

Os baixos percentuais de crianças expostas, e a não-utilização da Roda, levam-nos a inferir a existência de uma forte sociabilidade inscrita no âmbito do privado. Os pais das crianças indesejáveis antes pareciam utilizar-se do recurso de apoiar-se nas famílias do que na Roda. Nesse sentido, igualmente as mães das crianças registradas como naturais pareciam tanto viver acompanhadas dos pais de seus filhos como viver sozinhas com os filhos, numa indicação de formas de organização familiar alternativa. Há que considerar, ainda, que uma parcela das

*crianças morria antes mesmo de ser batizada e não era registrada nos assentamentos paroquiais*⁷⁴

Ora, esses elementos revelam-nos que essas mulheres conheciam as técnicas abortivas. Ou seja, o aborto provocado ou espontâneo fazia parte do seu dia-a-dia e dos seus companheiros, como é relatado no depoimento de uma testemunha de um outro caso:

*“Respondeu que um tropeiro chegou em sua casa e lhe declarou que nesse lugar Teodósio havia encontrado o corpo de uma mulher morta e seguiu os seus caminhos, com essa notícia ele respondente tratou de ir à casa de Teodorico, e segundo as informações que o tropeiro deu-lhe ele desconfiou ser de Vitoriana: que chegados no lugar que se achava o corpo ele respondente observou muito sangue e Teodorico passou a dizer que a finada estava doente e que isso era aborto”.*⁷⁵

Retornemos ao problema do sentido das referências a pequenos animais, expressões tais como "uma jibóia, uma jararaca e uma boipeva", "corós", etc. Dizer simplesmente que era uma estratégia dessas mulheres para camuflar as suas práticas abortivas não se sustenta, tendo em vista que isso era praticado cotidianamente. Assim, o problema está em outro ponto.

⁷⁴ Peraro, Maria Adenir. *Fardas, Saias e Batina: A Ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90*. Tese de Doutorado defendida na Universidade Federal do Paraná, 1997.

⁷⁵ APMT. Tribunal da Relação, processo crime, 1875.

Tânia Navarro, ao refletir a função do imaginário em nossa sociedade, indica-nos uma possibilidade de compreensão dessas estratégias verbais:

*“O imaginário opera, portanto, em dois registros: o da paráfrase, a repetição do mesmo invólucro; e o da polissemia, na criação de novos sentidos, de um deslocamento de perspectivas que permite a implantação de novas práticas. Assim o imaginário, em suas duas vertentes, reforça os sistemas vigentes instituídos e ao mesmo tempo atua como poderosa corrente transformadora”.*⁷⁶

A autora argumenta que o imaginário não pode ser pensado como o oposto do real, mas sim “como dimensões formadoras do social, em um processo atualizador imbricado; imaginário e real não se distinguem senão arbitrariamente”. Nesse sentido, pensando com a autora, as expressões "cobras, cigarras e cagadozinho amortecido", além de outros bichos, foram utilizadas como estratégias de naturalização das práticas dessas mulheres no espaço urbano de Cuiabá no século XIX. Ou seja, tornou-se importante para o dispositivo da ordem justificar que tais práticas revelavam a ignorância, a ausência da razão.

⁷⁶ SWAIN, Tania Navarro. *Você disse Imaginário*: Lacerda, Sonia et al. História no Plural. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

V – RELAÇÕES INCESTUOSAS

De volta ao caso Rita Blandina, queremos destacar neste momento que o Delegado, ao julgar moralmente a família da vítima e da ré Ana Josefa Guimarães, produziu uma versão segundo a qual aquelas pessoas poderiam viver numa devassidão sexual. Mentira ou verdade, não importa, o que nos interessa é cruzar essa “informação” do Delegado com outros documentos.

Para tanto, utilizaremos o relato de um caso que aconteceu no Coxipó da Ponte, em 1877:

Lúcio José Vieira foi pescar no rio Coxipó e ao retornar para casa encontrou sua sogra e sua mulher em completo estado de embriaguez. Diante desse quadro, preferiu ir para a casa da vizinha. Ao retornar para sua residência, encontrou o seu sogro João Batista de Oliveira esfaqueado pela filha, sua esposa, Maria Josefa de Jesus.⁷⁷

No depoimento da ré, ela esclarece que estavam “espiritualizados”: ela, sua mãe e seu pai, João Batista de Oliveira, que a chamou para fazer um cigarro, acontecendo o seguinte:

⁷⁷ APMT.Cartório 6 ofício – processo crime, 1877, caixa 90.

“Que chegando junto de seu pai fora por este velozmente agarrada pretendendo exercer com ela um ato libidinoso; que ainda pretendendo ela ré ver se saía desse intento disse-lhe: como meu pai pretende fazer isso comigo sendo sua filha? Ao que replicou dizendo que de nada queria saber.”⁶²

Maria Josefa reagiu a essa atitude de seu pai e deu-lhe uma facada para defender “sua honra ultrajada”, alegando, ainda, não ter sido essa a primeira tentativa.

Outro documento importante para desconstruir as avaliações morais das autoridades médicas e policiais da cidade de Cuiabá, no século XIX, refere-se a um inquérito policial em que José Maria Velasco é indiciado pela morte de sua irmã, Dona Eulália.⁷⁸

Segundo o depoimento do Capitão Gustavo, o Sr. Velasco foi visto pela testemunha da janela de sua casa, na rua do cemitério, com um embrulho. No dia seguinte, o depoente ficou sabendo que Dona Eulália, esposa do tenente Alfredo de Souza, havia falecido devido a uma hemorragia.

Interessante ressaltar nesse depoimento o seguinte trecho:

“Que contava a ele testemunha que a senhora Navarro e seu irmão José Maria Velasco tinham relações incestuosas há muito tempo, fato este que infelizmente fala-se nesta cidade; disse mais que ouviu falar pela

⁷⁸ APMT. Documentação avulsa, Lata A, Ano 1877, Março. Secretaria de Polícia.

boca pequena e conseqüência de contos da escrava Antônia que a morte da senhora foi devido de ela ter tomado remédios para abortar, pois que ela estava prenha (...)"⁷⁹

Os dois casos mencionados anteriormente sobre relações incestuosas no espaço urbano de Cuiabá, no século XIX, necessitam de um desvio das pistas do discurso que fixam uma identidade sexual dessas famílias que praticavam formas condenadas pelo dispositivo da ordem.

Ou seja, é preciso inverter as evidências e dar visibilidade às práticas culturais que escapam ao controle da sexualidade, apesar de toda sua implantação.

Vimos que a partir da década de 1840, as camadas populares ganharam visibilidade através do dispositivo da ordem que as nomeou, identificou e classificou as suas práticas sexuais no campo da desordem moral, inventando normas, hierarquias, valores, espaços e memórias.

Neste sentido, Navarro nos ajuda a refletir sobre esse quadro discursivo, quando afirma que:

*"(...) o bizarro torna-se familiar por uma simples estratégia verbal, exorcizando assim o perigo de uma sexualidade feminina livre, sustentada socialmente."*⁸⁰

Isso nos remete à reflexão de que Ana Josefa Guimarães Costa e

⁷⁹ APMT - Documentação Avulsa. Op cit pág.02

Rita Blandina foram condenadas moralmente pelas autoridades policiais e médicas muito mais para exorcizar a sexualidade que eles imaginavam que tinha acontecido naquele dia 08 de setembro de 1875. Bastante ilustrativa, nesse sentido, a afirmação do delegado Joaquim José Roiz Calháo, ao recolher uma das provas do crime, um pedaço de pau medindo 0,44m de comprimento por 0,01 de diâmetro, de que possivelmente *aquele pau foi feito para aquele fim*.

Ora, pela análise aqui apresentada, demonstramos que as autoridades policiais e médicas sabiam perfeitamente que houve uma tentativa de aborto praticada por Ana Josefa em Rita Blandina, descartando, assim, as evidências apresentadas pelo Delegado de Polícia.

Outra questão emerge, talvez aparentemente insignificante, mas fundamental para este trabalho, porque é uma pista muito importante para seguir os passos de Ana Josefa e descobrir o local em que ela se encontrou com seu amante. No Beco quente? Na rua Boa Morte? Num batuque?

⁸⁰ NAVARRO, op.cit., p. 140.

CAPÍTULO II

**MARIA REGINALDA, BIBIANA MARIA DE JESUS, MARIA DAS
DORES E OUTRAS MULHERES NO ESPAÇO URBANO DE
CUIABÁ NO SÉCULO XIX**

I - UMA NOITE EM 1857

Eram 13 de maio de 1857. O sino da Igreja Matriz de Cuiabá acabava de badalar a meia-noite. Naquela época, era hora de apagar todos os lampiões.⁸¹ Tavernas teriam que ser fechadas. Passos apressados repercutiam pelos becos, pelas ruas e travessas. Em seguida, aparentemente, a cidade mergulhava num silêncio profundo.

Naquele instante, uma mulher chegou à Igreja do Alto do Rosário. Parecia envolvida numa admiração pela noite: sua imaginação era como um barco perdido, sem rumo, sem destino, movido apenas pelo calor de seu corpo, provocado pela aguardente. Todavia, devemos considerar que o local, o horário e a aura da noite compunham um quadro propício para sentir a vida daquela forma.

Maria Reginalda podia ver a seus pés a cidade de Cuiabá, com seus morros, casas e córregos.⁸² Ao virar-se lentamente para a direita, avistava a Igreja da Boa Morte. Nesse momento, o seu olhar podia ser atravessado pelos sons dos atabaques, pelas gargalhadas de homens e mulheres que, certamente, chegavam até ela.⁸³

⁸¹ APMT. Documentação avulsa. Lata C, Ano: 1857. Secretaria de Polícia – Ocorrência Policial.

⁸² Ver VOLPATO, Luíza. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão Cuiabá*. São Paulo: MarcoZero/Ufmt, 1993

⁸³ Este quadro foi inspirado em Michel de Certeau. Maria Reginalda, ao direcionar seu olhar para um lugar específico, rompia a *cidade-panorâmica*, que, conforme este autor, *é um lugar simulacro "teórico" (ou seja, visual), em suma, um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas*. Ver CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 171.

Nessas ocasiões, homens e mulheres podiam vislumbrar imagens sensuais e sentir ardentes desejos. Talvez impulsionada pelos sons, ela se dirigiu para aquele lugar atrativo. Caminhando pela Travessa da Alegria, localizada no distrito da Sé, defrontou-se com a patrulha.⁸⁴ Imediatamente, Maria Reginalda foi presa pelos guardas e encaminhada à Cadeia Pública da cidade, localizada em frente à Igreja Matriz.

Podemos supor que ela tenha sido encaminhada à Cadeia Pública e, ao chegar, fora recepcionada pelo carcereiro Bento Dias Marinho, que a reconheceu desde sempre. Maria Reginalda, como outras mulheres, costumava ser presa cotidianamente por desordem e embriaguez. A história de Reginalda encontra-se na série de documentação da Secretaria de Polícia e processos crimes, especialmente nas ocorrências policiais dessa época e tende a aparecer como um corpus homogêneo.

Assim, o objetivo deste capítulo é percorrer vários fragmentos de registros policiais e judiciários relacionados com essas mulheres que foram objetivadas de *turbulentas, ébrias e prostitutas*, para desconstruir as evidências que tentaram fundar identidades sexuais.⁸⁵

Trata-se, portanto, de pensar além da miserabilidade e violência que afloram da documentação, fazendo emergir dessa mesma

⁸⁴ APMT. Documentação avulsa. Lata: B – Ano: 1838. Regulamento do Presidente da Província determinando, através de instruções, que a cidade deveria ser rondada nos dias de semana 24 horas, sistema que durou todo o período pesquisado (1842 – 1889).

⁸⁵ SWAIN, Tânia Navarro. *Todos somos Queers. Identidades nômades: desafio para o feminismo*. Brasília: Editora da UnB, 1996.

documentação um *não lugar*⁸⁶ da cidade de Cuiabá no século XIX, com múltiplas formas de sociabilidade e de práticas desejanter⁸⁷, através das experiências de vida de mulheres como Maria Reginalda, Flora Gomes, Maria das Dores, Bibiana Maria de Jesus e outras que romperam com essa homogeneidade pretendida pelo dispositivo da ordem que imperava sobre a cidade.

Por isso, o Sr. Bento as conhecia de várias maneiras. Tudo indica que o carcereiro compartilhava com estes comportamentos tidos como desviantes da ordem social.

Pesquisando a documentação da Secretaria de Polícia de 1850, encontramos um ofício do Chefe de Polícia que dizia:

*[...] por ser o carcereiro da mesma, Bento Dias Marinho, que o mesmo ora foi recolhido ao calabouço deste quartel à ordem de V. S. deixando a porta da mesma cadeia aberta segundo as informações que tenho desde as seis horas da tarde achava-se nesse estado o que felizmente a sentinela vendo as oito a mesma cadeia às escuras deu parte com que procurando o mesmo carcereiro foi encontrado em uma completa embriaguez e só dizia de haverem furtado as chaves: este procedimento de indícios violentos de haver algum trato entre os carcereiros e os presos.*⁸⁸

Apesar de ter sido preso, o Chefe de Polícia não conseguiu exonerar o carcereiro Bento, uma vez que lhe fora concedida uma Provisão,

⁸⁶ CERTEAU, Michel de. Míticas: aquilo que “faz andar”. In: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 172-183.

⁸⁷ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite - prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

em 10 de setembro de 1835, pelo então Presidente de Província, Antonio Pedro de Alencastro.⁸⁹

Não obstante, torna-se importante refletir sobre as práticas do carcereiro: por que o Chefe de Polícia insinuou um *trato* entre o carcereiro e os prisioneiros? Examinando a documentação, encontramos algumas pistas importantes para compreender as supostas práticas do Sr. Bento. A primeira foi encontrada em uma ocorrência policial de 1851:

*A exceção de prisão de uma mulher de nome Tereza por introduzir aguardente na cadeia, nada mais ocorreu nesta semana.*⁹⁰

A segunda pista encontrada, também em uma ocorrência policial de 1860, diz o seguinte:

*Das partes recebidas hoje nesta secretaria consta haver sido ontem recolhida na cadeia a preta forra de nome Eva Maria de Melo, presa de ordem minha pela sentinela da cadeia desta cidade, em razão de ter dirigido insultos à mesma por ocasião de admoestar para que se retirasse da grade da janela da prisão das mulheres, o que comunico a V. Ex^a no artigo 192 do regulamento n^o 120 de 31 de janeiro de 1842.*⁹¹

Danilo Rabelo, estudando os comportamentos sociais na cidade de Goiás, indica algumas pistas sobre essa problemática. Para o autor, *na*

⁸⁸ APMT. Documentação avulsa. Maço Secretaria de Polícia. Lata A, Ano 1850.

⁸⁹ APMT. Documentação avulsa. Maço Secretaria de Polícia. Lata B. Ano 1850.

⁹⁰ APMT. Documentação avulsa. Maço Secretaria de Polícia. Lata B. Ano 1851

⁹¹ APMT. Documentação avulsa. Maço Secretaria de Polícia. Lata B. Ano 1860.

*prisão as mulheres eram vítimas do assédio sexual tanto por parte da guarda da prisão como dos carcereiros.*⁹²

No entanto, na perspectiva metodológica desta dissertação não se pode pensar as práticas dessas mulheres e homens na Cadeia Pública a partir de uma relação dicotômica (sedutor/vítima). O que não exclui casos, tanto em Goiás como na Província de Mato Grosso, de detentos e detentas vítimas de abusos sexuais. O interesse desta pesquisa é romper com essa relação binária e pensar outras possibilidades de leitura sobre essa documentação tão esparsa. Será que mulheres como Maria Reginalda, Tereza de Jesus e Eva Maria de Melo devem ser vistas como vítimas? Em que sentido é preciso dar visibilidade a suas ações? Elas também não inventaram táticas para seduzir os carcereiros e sentinelas? A documentação não aponta nesta direção explícita, portanto, devemos ler não o feito, mas o fazer.⁹³

É possível montar a cena. Tereza foi presa por tentar introduzir uma garrafa de aguardente; Eva Maria de Melo por não querer sair de perto da prisão das mulheres com quem dialogava; o carcereiro Bento por embriaguez na hora do trabalho e acusado de *tratos* com as detentas. Qual o significado dessas relações? Supomos que Maria Reginalda não tenha se

⁹² RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás, 1822-1889*. Dissertação de Mestrado defendida em 1997, p. 190.

⁹³ Para esta discussão teórico-metodológica, consultar VEYNE, Paul. *Como se escreve a História e Foucault revoluciona a História*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p.257.

incomodado com aquele olhar do carcereiro e tenha sido recolhida aos *aposentos* femininos.

De acordo com Rabelo, em Goiás, no século XIX, *os quartos tinham aproximadamente de 4,31 m de altura; 4,18 m de comprimento e 3,93 m de largura*⁹⁴. Podemos imaginar que as dimensões da cela feminina, em Cuiabá, eram semelhantes às descritas por Rabelo, chegando a receber até dez mulheres, a maioria presa por embriaguez. Lá dentro tinha uma grade de madeira e duas janelas, também de madeira; os armadores das redes estavam apodrecidos, bem como os tijolos; havendo na parede da frente uma fenda que possibilitava visualizar a rua. Como elas dormiam nestes leitos balouçantes, colocavam, para melhor se *acomodarem*, uma rede sobre a outra.⁹⁵

Maria Reginalda se viu diante de várias mulheres, algumas dormindo, outras acordadas.⁹⁶ Ela preferiu ficar no lado oposto ao que se encontrava Bibiana Maria de Jesus. Nunca se esquecera dos ferimentos causados por ela *lá*⁹⁷ na rua Boa Morte, em 1851.

⁹⁴ RABELO, Danilo. Op. cit .p. 188

⁹⁵ APMT. Documentação Avulsa. Maço Secretaria de Polícia. Lata ^a Ano 1850.

⁹⁶ Esta trama foi tecida a partir da leitura da obra *O castelo dos destinos cruzados*, de Ítalo Calvino, contra-capá: *Em um castelo - ou será uma taverna? - , alguns personagens sentados em torno de uma mesa, contam suas histórias. Mas como estão impossibilitadas de falar, por algum motivo desconhecido, usam um baralho de tarô para narrar suas aventuras e desventuras. As mesmas cartas, porém, servem para várias histórias, e cada uma delas comporta muitas interpretações.*

⁹⁷ O termo *lá*, empregado [neste texto](#), vem a ser, segundo Certeau, o fragmento que relampeja o não lugar. São relâmpagos que dão visibilidade às práticas de espaço dessas mulheres e homens, nesse tempo e espaço precisos. Ver De Certeau, Michel .Op.cit p. 178.

[...] Na noite de 05 para 6 Bibiana Maria de Jesus fez dois ferimentos com faca de ponta em Maria Reginalda, na rua da Boa Morte, está presa a delinqüente, fêz-se corpo de delito direto, não parece perigoso o ferimento da ofendida.⁹⁸

II - RUA DA BOA MORTE: UM LUGAR NÃO LUGAR

A vida cotidiana na rua da Boa Morte era marcada por disputas constantes entre homens livres e escravos, mulheres livres e escravas. No dia 6 de junho de 1844, Vitoriano deu um tiro de espingarda no soldado Gregório. Em seu depoimento, Joana Maria afirmou que viu o réu, trajando calça preta, atravessar a rua Boa Morte em direção à casa da vítima, armado de uma espingarda.

Chamou-nos atenção, nesta parte do processo, a interferência do réu quando o Delegado ofereceu-se para ouvi-lo. Simplesmente, ele afirmou que o depoimento de Joana Maria não tinha valor, porque qualquer um poderia comprá-la.⁹⁹ Como podemos compreender o alcance da afirmação do réu? Na verdade, esse ato de nomear é uma invenção que obedece a determinadas regras sociais e sexuais, no instante de sua enunciação.¹⁰⁰

⁹⁸ APMT. Documentação Avulsa. Lata E. Ano 1851. Maço Secretaria de Policia.

⁹⁹ APMT. Tribunal da Relação. Processo crime. 1844.

¹⁰⁰ SWAIN, Tânia Navarro. Lesbianismo: Identidade ou opção eventual? In: *Revista da Anpuh: História Fronteira XX Simpósio Nacional*, Florinópolis - SC, julho de 1999.

Ou seja, Vitorino, ao se defender, acabou apropriando-se de um discurso que identificava, classificava e nomeava as mulheres de *turbulentas, ébrias e prostitutas*. Precisamos, então, navegar nos fragmentos para compreendermos as relações de homens e mulheres como Vitorino e Joana Maria.

Segundo Luíza Volpato, a presença de homens e mulheres livres ganha visibilidade no espaço urbano desde a formação do povoamento da cidade de Cuiabá, no século XVIII, constituindo, dessa forma, grupos populares no século XIX que lutavam pela vida social. Para a autora, esses populares habitavam os subúrbios da cidade, trabalhando como pedreiros, alfaiates, agências, costureiras, lavadeiras, etc. Diz, ainda, que o modo de existência era totalmente *desprovido de conforto, caracterizado pela quase ausência de móveis e utensílios domésticos*. Nesses improvisados quartos moravam grupos de mulheres e homens, dentro de uma mesma casa. Em suma, para a autora, o que justificava a proximidade entre homens e mulheres livres, entre escravos e escravas era o grau de miserabilidade provocada pelas condições econômicas naquele momento histórico.¹⁰¹

A miserabilidade, a pobreza, a questão econômica são fundamentais para entendermos a vida cotidiana dos homens e mulheres livres, dos escravos e escravas na perspectiva da história social. Porém, é importante acrescentar outras possibilidades de compreensão desse grau de

proximidade apontado pela autora, quais sejam, as práticas culturais que ambos inventavam para afirmar o seu estilo de vida. Práticas culturais estas que ganham visibilidade quando se provoca a inversão das evidências que cintilam nas ocorrências policiais e processos crimes. Que relações são estas? Como elas são construídas? Para ajudar a pensar esse tema, recorreremos a Ortega, quando argumenta:

Para Foucault, a amizade representa uma relação com outro que não tem a forma de unanimidade consensual nem de violência direta. Trata-se de uma relação agonística, oposta a um antagonismo essencial, uma “relação que é ao mesmo tempo incitação mútua e luta, tratando-se não tanto de uma oposição frente a frente quanto de uma provocação contínua”. Relações agonísticas são relações livres que apontam para o desafio e para a incitação recíproca e não para a submissão ao outro.¹⁰²

Refletindo com o autor, essas relações agonísticas podem ser constituídas pelas práticas culturais dessas mulheres e homens, revelando o teatro da vida. Estas relações, que se armam nos diversos entrelaçamentos sociais, criadas em condições de sobrevivência muito difíceis no espaço urbano da cidade de Cuiabá, em que as cenas são compostas de

¹⁰¹ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá – 1850-888*, Tese de Doutorado, 1990.

¹⁰² ORTEGA, Francisco. *Amizade e estética da existência em Foucault*. Rio de Janeiro: Edição Geral, 1999, p.168.

intensidade, multiplicidade, desterritorialização¹⁰³ e, fundamentalmente, de experimentação, podem ser flagradas de modo especial.

Mesmo com essa pobreza e miserabilidade, eles e elas inventam, criam desvios e fugas para afirmar o seu estilo de vida. Não de forma consciente, mas porque são suas práticas de vida: seus desejos envoltos na embriaguez, nas festas, nas paixões e na violência.

III - A SENHA DO AMOR

De volta às mulheres. Maria Reginalda, evitando a sua rival, ficou próxima de Maria das Dores, que olhava pela janela, talvez pensando no motivo que provocara sua prisão, em 1857.¹⁰⁴

Assim, por hipótese, pode-se extrair da documentação que Blandina Maria da Costa estava em sua casa, localizada no Beco Quente, às quatro horas da tarde, penteando o cabelo junto a uma janela e conversando com o Sr. João Capistrano, quando, de repente, no meio da conversa ouviu gritos de Maria das Dores, chamando-a para fora da casa. Ela respondeu que não podia sair, porque estava com visita. Enfurecida por não ter sido atendida em seu chamado, Maria das Dores entrou na casa, agarrou-a pelos braços, levou-a para os fundos e a esbofeteou. Apareceram o Sr. Antonio

¹⁰³ Idem, ibidem, p. 165

Bernardes e Manoel do Nascimento do Bom Despacho, que a impediram de continuar aquela agressão.

Considerando as reflexões de Veyne¹⁰⁵, a leitura desse processo permite-nos levantar algumas pistas aparentemente insignificantes para a compreensão da presença do Sr. João Capistrano, Artífice do Arsenal de Guerra, na casa de Blandina, às quatro horas da tarde. Vejamos o seu depoimento:

*[...] Respondeu que se achando em casa da queixosa na tarde de vinte e oito do mês passado, aonde foi em procura de um amigo que quando vêm de fora costuma lá parar e demorando um pouco [...]*¹⁰⁶

Essa versão apresentada pela testemunha merece algumas considerações. O Sr. João Capistrano estava à espera de um amigo que tinha o costume de parar na casa de Blandina?

Os processos crimes e as ocorrências policiais revelam que os marinheiros, os tropeiros, os soldados, quando chegavam ao Porto, possuíam o hábito de ficar nas casas dessas mulheres. Essas práticas ficaram evidentes, tendo em vista que o Porto era uma das principais portas de entrada da cidade. Entretanto, o Sr. Capistrano não era marinheiro, tropeiro, nem mesmo soldado. Era um Artífice do Arsenal de Guerra.

¹⁰⁴ APMT. Tribunal da Relação. Processo Crime, 1858, Caixa 34.

¹⁰⁵ VEYNE, Paul. Op.cit. p.36.

Portanto, não se sustenta a versão da testemunha quando alega que estava *esperando um amigo*. Seria a senha do amor?

Percorrendo outros processos crimes desse período, é muito comum encontrar as seguintes estratégias: *parou para pedir um copo de água; foi se esconder da chuva; estava à procura de um amigo, etc.*

Recorremos à documentação judiciária para tentar demonstrar essas estratégias verbais utilizadas pelos homens quando eram surpreendidos utilizando essa *senha* na casa de mulheres como Blandina, Eva, Maria Reginalda e outras.

Vejamos o depoimento do Sr. José Felipe Santiago sobre uma tentativa de homicídio, ocorrida em Brotas, distrito de Cuiabá:

[...] Perguntado mas o que tinha levado há esta hora (11:30 da noite)? Respondeu achava-se olhando um cururu nas vizinhanças da casa onde se deu o delito, e que tendo sede dirigiu-se a casa de Josefa para pedir um copo de água, visto que no lugar onde se folgava, não havia água.¹⁰⁷

Em outro depoimento, a testemunha Mariana Rodrigues relata:

[...] Respondeu que tendo ela testemunha chegada da rua na noite do nove do corrente ano, em sua casa ai baterá os cadetes da infantaria Manuel Nazareno e Flaviano de Tal, pedindo um copo de água estando em companhia dela interrogada o paisano João Paulista [...]¹⁰⁸

¹⁰⁶ APMT. Op. cit, p. 20.

¹⁰⁷ APMT. Cartório do 6º Ofício, Processo crime, 1864, p. 14.

¹⁰⁸ APMT. Cartório do 6º Ofício, Processo crime, 1858, p. 10.

Assim, por hipótese, podemos dizer que há nos registros indicações do que ele estava fazendo em casa de Blandina - possivelmente, ele não se encontrava naquele local *esperando um amigo*. Isso ficou muito mais evidente quando começou a briga relatada anteriormente entre as duas mulheres. Ele, João Capistrano, pegou o chapéu, retirou-se da residência e, de fora, viu que outros homens separavam as duas.

Outro depoimento, agora do Sr. Bernardo de Barcelos, também nos auxilia a pensar estas relações tão sutis:

*Aninha Cabeluda e Aninha Rondon, que morão vizinhas, parecendo até que por insuflação da primeira que é desafeiçoada a queixosa e por satisfazer-lhe é que a ré se deliberou a cometer este atentado.*¹⁰⁹

Estes detalhes revelam que tanto o Sr. Capistrano como Bernardo conheciam a vida cotidiana do Beco Quente. Ou seja, mulheres e homens caminhavam pela cidade iluminando, através de suas práticas de espaços, os fluxos desejantes que emergiam nas disputas de territorialidade sexual entre ambos os sexos.

¹⁰⁹ APMT. Cartório do 6º Ofício. Processo crime, 1858, Caixa 45, p. 9.

IV - BATUQUE – A TRILHA SONORA DO DESEJO

Imaginemos: eram três horas da madrugada na cadeia. Maria Reginalda saiu de perto de Maria das Dores e sentou-se ao lado de Maria Bomdespacho, acordada também. As duas se olharam e davam a impressão, pelos gestos, que Maria Bomdespacho contaria a Maria Reginalda algumas experiências de sua vida. Talvez ela pudesse narrar um fato que aconteceu na rua Boa Vista. Pelos indícios encontrados nos registros, podemos montar este cenário.

Maria Rosa e o soldado Manoel de Jesus resolveram se casar no dia 21 de fevereiro de 1860. Os amigos e amigas foram convidados para compartilhar da felicidade que aquele momento propiciava. A festa do casamento corria na mais perfeita ordem, havia um folguedo de cururu em homenagem ao enlace matrimonial, e as mulheres e homens observavam o folguedo.

Às 9:00 horas da noite, alguns soldados resolveram entrar na sala onde se tocava cururu: apagaram as velas e, na escuridão, começaram uma pancadaria. Os soldados começaram a espancar os folgadores, causando uma correria geral dos convidados e convidadas para o fundo da casa.

Resultado: Manoel Antonio Germano foi esfaqueado e morreu a caminho da Santa Casa.¹¹⁰

Ao analisar este relato, coletamos alguns dados nos depoimentos das testemunhas para levantar os motivos que justificassem tal pancadaria.

O primeiro depoimento foi de Francisca Rosa:

Declarou mais a testemunha que depois de estar em sua casa assustada e aborrecida por ter ido a semelhante pagode.¹¹¹

Outra pista surgiu no relato de Maria Ribeiro, que revelou:

[...] Não sabe ela testemunha se trovação dos versos dos folgadores ofenderão aos soldados.¹¹²

O motivo ficou claro: os versos afetaram fortemente à moral dos soldados, que se sentiram ofendidos a ponto de partirem para a luta corporal. Neste sentido, o testemunho de Catarina dos Santos é revelador para esta investigação:

¹¹⁰ Segundo VOLPATO, Op. Cit., p. 204. *Em Cuiabá, as brigas por ocasião de festas foram bastante freqüentes. Até mesmo festas de batizado e casamento poderiam resultar em conflito, inclusive com crime de morte. As pessoas envolvidas nestas disputas eram quase sempre antigos conhecidos ou até mesmo amigos que, alterados por alguma razão ou com sua autocensura atenuada pelo uso de bebidas alcóolicas, passavam rapidamente da ofensa verbal para a ofensa física. A maioria dessas pessoas andava armada pelo menos com uma faca, instrumento ao mesmo tempo de trabalho e de defesa. A presença da faca ou de qualquer outra arma nessas ocasiões fazia com que a rixa acabasse em crime.*

¹¹¹ APMT. Cartório do 6º Ofício. Processo crime, 1860, p. 4.

¹¹² APMT. Op. cit., p. 8.

[...] Serião 9:00 h da noite mais ou menos quando de repente entrarão pela porta dentro um dos ditos soldados armados uns de paus e outros de facas e começaram a espancar os folgadores de cururu, que vez por outra trovavão versos cuja rima dizia: cu de coro.¹¹³

Aparentemente, seria uma expressão que se refere ao pessoal que tocava batuque. Neste sentido, o depoimento de Manoel de Jesus Santos, natural da Bahia, ajuda-nos com mais pistas:

[...] e formando-se na casa divertimento de cururu, que nesta província se usa.¹¹⁴

[...] Os saldados não queriam que se folgasse o cururu mais sim samba ou batuque e os curueiros não queriam largar a função por terem para ela licença.¹¹⁵

Apenas para complementar essa informação, encontra-se no depoimento do réu Thomé Alves da Silva, acusado de tentativa de homicídio ao escravo Eleutério, natural da Bahia, o seguinte: *...este interrogado viu um troço de paisanos e mulheres, que diziam: morram cús de coro [...].¹¹⁶*

Os dois casos específicos aqui apresentados, nos quais os soldados do 2º Batalhão, naturais da Bahia, são apelidados de *cu de coro*, nos remetem a alguns questionamentos: qual o significado de pagode, de

¹¹³ APMT. Op. cit., p. 10.

¹¹⁴ APMT. Op. cit., p. 17.

¹¹⁵ APMT. Idem, ibidem.

¹¹⁶ APMT. Tribunal da Relação. Processo Crime, 1861, p. 16.

batuque ou samba? Era a mesma dança? O batuque aqui dançado era igual ou diferente ao da Bahia? Por que os folgadores afirmavam que tinham licença para tocar? Questões difíceis de serem respondidas, no entanto, apontaremos alguns indícios.

Luíza Volpato, ao estudar a vida cotidiana e a escravidão em Cuiabá, no século XIX, aponta-nos um dado importante:

A característica própria dos livres pobres de Cuiabá era a alta presença dos soldados entre eles. Desde a implantação da Capitania, Cuiabá se tornara uma cidade militar com várias guarnições e um contingente de soldados elevado, em comparação ao total da população.¹¹⁷

Para a autora, a presença dos soldados recrutados em outras províncias significava o envolvimento certo nas ocorrências policiais. Essa questão levantada por Volpato suscita-nos a indagar: como era, nesse momento, a relação de apropriação das práticas culturais entre as pessoas que vinham de outras províncias com os indivíduos que moravam na Província de Mato Grosso?

Questão cultural que merece ser discutida em outra pesquisa. No entanto, João José dos Reis nos alerta para o seguinte:

Como pouco sabemos do que sabiam os negros sobre os seus por importar para nossos tempos a confusão dos brancos daquele tempo. Este caso de

¹¹⁷ VOLPATO, Luíza Rios Ricci. Op. cit, p. 321.

*tipologia usada para classificar aquelas festas. Os documentos nos legaram termos como batuque e samba, por exemplo, ambos com barulho de polissemia. Qual a diferença entre samba e batuque para quem dançava? Quantas formas de dançar, tocar e cantar se abrigavam sob esses termos em momentos específicos do século XIX?*¹¹⁸

Levando em consideração a diversidade que representava o batuque ou o samba lá na Bahia, esses soldados que vieram para Cuiabá no século XIX trouxeram várias formas culturais que, de certa forma, eram rejeitadas por uma parcela da população cuiabana. Por que o apelido "*cu de coro*" já era de domínio público?

Vejamos, então, o relato da testemunha Germana, nomeada *meretriz* pelas autoridades policiais, sobre a tentativa de homicídio cometido por Thomé contra o escravo Eleutério:

*O réu presente acompanhou e alcançando disse a testemunha por que não gostava dos soldados do 2º Batalhão, ela respondeu não gostava mesmo por ser gente muito barulhenta.*¹¹⁹

Pela documentação pesquisada, esses confrontos aconteciam geralmente nas disputas por mulheres que rolavam nos batuques, nas tavernas, nas ruas e travessas da cidade de Cuiabá no século XIX. Dessa forma, a expressão *cu de coro* revela uma rivalidade entre os homens

¹¹⁸ REIS, João José.

¹¹⁹ APMT. Tribunal da Relação. Processo crime, 1861, p. 12.

oriundos de outras Províncias nos múltiplos espaços de sociabilidade inventados pelas práticas desejanter na cidade de Cuiabá, no século XIX..

Apesar dessas formas múltiplas de batuque ou samba, seja na Bahia ou na Província de Mato Grosso, uma das diferenças entre cururu e batuque em Cuiabá se apresentava nos códigos de posturas municipais:

*Artigo 67. É proibido a dança de batuque com estrondo”. Nas casas ou ruas das povoações, tanto de dia como de noite, de sorte que incomode a vizinhança. Em caso de contravenção será o habitante da casa multado 4\$000 réis ou 2 dias de prisão, e cada um dos concorrentes ao mesmo batuque em 1\$000 réis, ou 1 dia de prisão e no nas reincidências.*¹²⁰

*Artigo 68. É permitido o brinquedo denominado cururu ou boi à serra; sendo para esse fim preciso impetrar-se e pagar-se a respectiva licença o infrator incorrerá nos artigo antecedente.*¹²¹

Por que o batuque era proibido pelas autoridades policiais e municipais? Que perigo ele representava para os bons costumes morais?

Sobre o batuque, Joaquim Ferreira Moutinho¹²² aponta alguns detalhes, conforme o seu olhar. Diz ele que, recordando um desafio entre uma mulher e um homem, através de versos, cantava o homem:

Eu passei o Parnahyba

Navegando numa barca

Os pecados vêm da saia,

*Mas não pode vir da carga.*¹²³

¹²⁰ APMT. Código de Posturas, 1861.

¹²¹ Idem, ibidem.

A mulher respondia da seguinte forma:

Dizem que a muyé é farça

Tão farça como papé

mas quem vendeu Jesus Cristo

Foi home, não foi muyé.¹²⁴

Se cruzarmos essas imagens construídas por Moutinho com a documentação consultada, notaremos uma grande contradição. Primeiro, o espaço do cururu é exclusivamente masculino, inclusive os registros policiais homogeneizam todas essas manifestações e não diferenciam o batuque do cururu.

Interessa-nos, no entanto, a descrição do batuque feita por este cronista:

[...] No batuque o velho remoça, e o rapaz excede-se a si mesmo no delírio do prazer!

[...] A música por si só provoca desejo da folgança, tanto a sua toada. É agradável e excitante. Esta dança produz mais que sensações aprazíveis, mais que delírio, mais que frenesi.¹²⁵

¹²² MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso seguida de D'um roteiro da sua capital a São Paulo*. São Paulo: Typografia de Henrique Schoreder, 1869.

¹²³ Idem, ibidem, p. 19.

¹²⁴ MOUTINHO, Joaquim Ferreira. Op. cit., p. 19.

¹²⁵ Idem, ibidem, p. 20.

A leitura dessa narrativa leva-nos a perguntar o que significa *mais que delírio, mais que frenesi*. A nomeação do prazer proporcionado por essa dança só poderia ser feita por alguém que já tivesse, certamente, participado ou a visto de bem de perto.

Cruzando essa informação com outra, coletada em um processo crime ocorrido lá no Coxipó, numa tentativa de homicídio, mais pistas sobre esse *frenesi e delírio* são reveladas.

Diz o réu Luís Antonio que tentou matar a sua amásia por ser falsa com ele, argumentando que durante uma festa em que estavam juntos, ficou desconfiado de Maria de Assunção com o escravo Adão, tendo em vista que já tivera ocasião de encontrar os dois em cópula carnal por duas vezes. Por isso, insistiu com ela para ir embora, mas não foi obedecido. Ao contrário, ela resolveu dançar:

[...] a dita Maria de Assunção em batucar, lançando-lhe em rosto toda a sorte de descomposturas, com que ele interrogado no auge do ciúme chamou para fora e nessa ocasião passou então a lhe fazer este ferimento.¹²⁶

Com esses dados, *frenesi e delírio e toda a sorte de descompostura*, podemos vislumbrar os ritmos do corpo das mulheres que batucavam. Além desse aspecto relevante, demonstrado através da documentação, existe um outro elemento que merece questionamento. Por

que os defensores da identidade cuiabana contemporânea silenciaram sobre o batuque e só deram destaque ao cururu? Questão cultural. Assim, precisamos seguir outros sinais sobre as trilhas do desejo, quando são iluminadas nos batuques.

Citamos anteriormente o depoimento do réu Thomé, soldado do 2º Batalhão, que foi acusado de tentativa de homicídio dirigida contra os escravos Eleutério e José Florêncio, ao agredir Germana, porque ela não autorizou a participação dele e de seus amigos em divertimento que ela promovia em sua casa no dia 7 de abril de 1861, na rua Boa Morte.¹²⁷

Investigando com muita atenção, percebemos algumas pistas interessantes sobre as trilhas dos desejos nas imediações da rua Boa Morte. O depoimento do réu, aparentemente contraditório, nos ajuda a refletir sobre essa trama, indicando caminhos percorridos:

*Respondeu que para a casa velha, cujo nome ignora, onde havia um batuque a que ele interrogado foi assistir.*¹²⁸

Cruzando a informação do réu com outras, seja mentira ou verdade, o que importa são as possibilidades que ela oferece para levantar algumas questões: qual o significado de *casa velha*? Existia, em Cuiabá, um lugar específico para dançar o batuque? Seria esse local um ponto de encontro?

¹²⁶ APMT. Cartório do 6º Ofício. Processo crime, 1880, p. 4.

¹²⁷ Ver VOLPATO, Luiza Rios Ricci. Op. cit., p. 338-339.

¹²⁸ APMT. Tribunal da Relação. Processo crime, 1861.

Questões difíceis de serem respondidas. Todavia, podemos apontar algumas possibilidades que nos ajudam a pensar sobre isso. O primeiro depoimento levantado foi o da vítima José Florêncio, que alegou em seu depoimento:

Respondeu que andando em passeio ele interrogado em companhia de Ricardo e de Clemente [...] ¹²⁹
[...] Respondeu que podendo ir para casa de sua mãe na rua do areão dirigiu-se para de Maria Gertrudes. ¹³⁰

Algumas perguntas são importantes nesta versão do passeio apresentada por José Florêncio: por que três homens estavam *passeando* pela rua Boa Morte? Onde morava Maria Gertrudes? Talvez, seguindo as pistas dos depoimentos, tenhamos alguns esclarecimentos. O depoimento de Germana relata detalhes de sua versão sobre o caso:

[...] e como ela testemunha não queria que semelhante pessoas fizesse parte do seu divertimento convidou as pessoas que se achavão reunidas passear. ¹³¹
[...] dada a palavra ao réu para contestara testemunha e que o dito Eleutério desde de tarde se achava junto com ela na mencionada casa. ¹³²

¹²⁹ Op. cit., p. 13.

¹³⁰ APMT. Op. cit., p. 14.

¹³¹ APMT. Tribunal da Relação. Processo crime, 1861, p.10.

¹³² Idem, ibidem, p. 3.

Esses dados são importantes. Eleutério declarou que veio de sua casa juntamente com sua senhora e, passando pela rua Boa Morte, encontrou Germana, parando para conversar com ela. Nesse instante, segundo o seu relato, apareceu o soldado Thomé que, com ciúmes, provocou-o e feriu-o com uma facada. Outra questão emerge: será que a senhora do escravo Eleutério sairia à noite *lá* do Porto? Hipótese descartada. Eleutério veio com a sua senhora na parte da manhã. Outro detalhe levantado pela documentação trabalhada: os batuques geralmente começavam às quinze horas. Afinal de contas, onde essas pessoas foram *passar*?

Para descobrir os lugares por onde essas pessoas iam *passar*, o depoimento de Ricardo Gomes é muito importante:

Não mais querendo a dona da casa consentir na entrada deles convidou a todos para dissolverem a reunião e irem todos a uma outra casa no final da rua Boa Morte.¹³³

A versão de Ricardo e do réu Eleutério sobre a existência de uma casa no final da rua Boa Morte, onde acontecia, talvez, um batuque, é instigante. Significa também que os outros depoimentos silenciaram sobre este fato. Significa ainda a pista mais consistente dessa trama. Na tentativa de encontrar mais elementos, recorreremos à documentação da Secretaria de Polícia.

Manuseando a documentação que nos informa sobre o movimento da rua Boa Morte, o primeiro dado encontrado relacionava-se com um incidente provocado por Raimundo:

Ter sido posto em liberdade o paisano Raimundo da Silva Tavares, preso na noite do dia 2 do mês de outubro no fundo da rua Boa Morte, o qual em estado de embriaguez pretendia desmanchar uma cozinha de capim de propriedade de Domingas de Tal.¹³⁴

A segunda ocorrência policial indica-nos a seguinte atitude:

Ontem pelas 9:00 h da noite foram presas nas imediações da rua Boa Morte, recolhido a cadeia o escravo Antonio, por se achar ébrio e neste estado pretendia atacar fogo em uma casa de capim de propriedade de Silvana Maria da Costa.¹³⁵

A terceira ocorrência relata-nos as atitudes de um casal, no final da rua Boa Morte:

Terem sido ontem recolhidos na cadeia Manoel José Assunção e sua mulher Graciana Maria da Conceição, presos no subúrbio da Boa Morte, por serem encontrados em estado de embriaguez, fazendo motins.¹³⁶

Relacionando estas informações coletadas nas ocorrências policiais com os depoimentos aqui apresentados, podemos perceber, por exemplo,

¹³³ Op.cit. p. 10.

¹³⁴ APMT. Documentação avulsa. Maço Secretaria de Polícia. Lata C. Ano 1860.

¹³⁵ APMT. Documentação avulsa. Maço Secretaria de Polícia. Lata C. Ano 1864.

¹³⁶ APMT. Documentação avulsa. Maço Secretaria de polícia. Lata C. Ano 1863.

que a rua Boa Morte detinha um movimento extraordinário de mulheres e homens livres, de escravos e escravas, dinâmica que resultava de outra questão de fundamental importância para a compreensão dos deslocamentos para esse local.

Desde final do século XVIII até o XIX, as ruas Boa Morte e da Mandioca são também as principais portas de entrada da cidade, principalmente de tropeiros que vinham de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Diamantino, distrito de Brotas, etc.

Esses elementos são importantes para compreendermos o caminhar de pessoas pelo subúrbio, *passando* em busca de divertimentos e prazeres. Seja num batuque, seja numa taverna ou em casa de alguma mulher. Porém, eles não dão conta de responder uma questão: existia ou não uma casa velha, onde homens livres e escravos encontravam-se para dançar o batuque, ou havia outro lugar específico?

Se não conseguimos resposta direta para esta questão, outros indícios foram revelados nestas tramas que se desenrolaram nos espaços da cidade, criando estratégias e táticas em busca das artes dos desejos. Neste caso, a palavra *passaio*, por exemplo, evidencia dois pontos fundamentais: talvez os depoentes tenham pronunciado outro termo para designar o caminhar desses homens e mulheres, mas pode ser também que tenha sido traduzido de forma exata pelo amanuense da polícia. Questão problemática, mas é como foi lida ou traduzida.

Importa, para nós, que passeando ou não essas mulheres andaram pela rua Boa Morte constituindo relações de amizade que escaparam do controle policial. Tais relações, na verdade, explodiam no espaço urbano de Cuiabá, no século XIX, seja no Beco Quente, na rua Boa morte, na rua do Areão, na rua do Campo, de forma múltipla, dando visibilidade a diversos lugares de produção de subjetividade.

Lembrando ainda de Maria Reginalda, temos que ao ser liberada da Cadeia Pública, em frente à Igreja Matriz da cidade, ela desapareceu desse cenário, ou seja, não foi mais iluminada pela documentação da Secretaria de Polícia. Talvez tenha encontrado a morte ou mudado para a zona rural.

O certo é que a cidade de Cuiabá, no tempo de Maria Reginalda, começou a sofrer transformações espaciais em nome da ordem, da saúde e da civilização, como, por exemplo, o fim dos enforcamentos no Campo d’Ourique. A força estava localizada num ponto estratégico da cidade: quem viesse do Porto Geral teria que perceber aquele símbolo do poder imperial sobre a vida e a morte dos súditos.¹³⁷ Seria o começo da modernização da cidade?

¹³⁷ APMT. Relatório do Presidente da Província ,1852.

V - DESLOCAMENTOS DE PASSOS NA CIDADE DE CUIABÁ NO SÉCULO XIX.

Entre as mudanças significativas que ocorreram posteriormente ao tempo de Reginalda, especialmente em fins da década de 1850 e começo da década de 1860, podemos citar a transferência dos enterramentos da Igreja Matriz para o Cemitério da Piedade.¹³⁸ Outra mudança na configuração espacial da cidade foi a transferência da Cadeia Pública, no mesmo período, para um prédio construído, em parte, em frente ao Arsenal de Guerra, no 2º Distrito Pedro Segundo, e que só foi terminado no final da década de 1870.¹³⁹

Importa destacar que a transferência dessa instituição significou outros deslocamentos de mulheres e homens, provocando a reterritorialização de outros espaços, como o da Cadeia Pública e o do Cemitério da Piedade, dando forma e redefinindo a sua territorialidade espacial em nome de uma nova imagem de cidade moderna. Neste sentido, o caso que envolveu o soldado João Francisco e o escravo Salvador na casa de Maria Rita, atrás da cadeia, na rua do Campo, em 1864, ajuda-nos a refletir sobre esses deslocamentos.

¹³⁸ APMT. Relatório do Presidente da Província, 1864.

VI. MOVIMENTO DE VOZES NA CIDADE

Maria Rita de Almeida contratou o escravo Salvador, carpinteiro, para efetuar um conserto nas janelas e nas portas da casa que estava alugando do capitão Antonio Carlos. Quando Salvador realizou os consertos, apareceu o soldado do Arsenal de Guerra João Francisco Pio, embriagado, para questionar a locação do imóvel, porque, segundo sua versão, já o havia alugado e pago dois meses de aluguel adiantado.¹⁴⁰

No meio da conversa com Maria Rita, o soldado percebeu a presença do escravo Salvador e começou a provocá-lo sobre a qualidade de seu serviço. Salvador respondeu rapidamente que ele nada tinha a ver com isso. Indignado com a resposta, Antonio disse: *Oh, como, você me responde assim?* E deu-lhe uma pranchada.¹⁴¹

O aparecimento da palavra *como* merece algumas considerações para entendermos alguns fragmentos da linguagem popular. Para complementar, recorremos a um outro fato ocorrido na rua do Areão em 1859.¹⁴²

Era um domingo. Manoel Delfino chegou à casa de Cândido Martins, morador da rua do Rosário, convidando-o para irem tomar banho

¹³⁹ APMT. Relatório do Chefe de Polícia, 1873-1874.

¹⁴⁰ APMT – Tribunal da Relação. Processo crime, 1864, p.3.

¹⁴¹ Op.cit., p.5.

¹⁴² APMT – Tribunal da Relação. Processo crime, 1864, p.7.

na fonte denominada Lavanderia. Ao voltarem do banho, encontraram Claudina brincando com traques.

Manoel tomou um dos traques e, em vez de soltar na rua, foi tentar colocar debaixo da porta da sala de Maria Tereza. Todavia, Cândido interferiu tomando da mão de Manoel e esperando arrebentar-se em sua mão. De sua sala, Maria Tereza disse que estava ouvindo tudo e imediatamente retirou-se para outra sala. Logo após, Maria Tereza abriu a sala dirigindo aos dois algumas palavras insultuosas. Cândido respondeu que era uma simples brincadeira. Porém, foi interpelado por Manoel Delfino dizendo: [...] *ele que desse atenção a canalha*.¹⁴³

Maria Tereza respondeu a essa ofensa da seguinte maneira: [...] *canalha era sua mãe*.¹⁴⁴

Após essa troca de insultos, Manoel tentou agredir Maria Tereza, que se defendeu dando-lhe uma navalhada.

É muito raro encontrar nos processos crimes insultos verbais, tais como *cornos e canalha*. Com certeza, passou despercebido pelo amanuense. Mas, aproveitando a oportunidade rara, indagamos qual o significado dos termos *canalha* e *cornos* nesse momento histórico?

Para David Garrioch, os insultos verbais eram usados contra as mulheres, insinuando temas de promiscuidade sexual.¹⁴⁵ Assim, esses

¹⁴³ Ibidem, p.9.

¹⁴⁴ Ibidem, p.9.

insultos verbais contra Maria Tereza e o escravo Salvador foram utilizados no sentido de classificar o comportamento de ambos no campo moral. Esse detalhe torna-se importante porque revela que o enquadramento sexual ou a fixação de uma identidade sexual não era de exclusividade das autoridades judiciárias. Talvez a diferença esteja nos focos dessas formas de nomeação, que merecem pesquisas mais aprofundadas.

Feitas tais considerações sobre esses insultos verbais, o processo ora comentado possui outros dados importantes para compreendermos os deslocamentos de vozes dessas mulheres e homens.

Augusta Fernandes da Silva, que foi convocada como testemunha dessa tentativa de homicídio, declarou para a polícia as seguintes informações:

*[...] e logo foi preso por Antonio Fernandes, acompanhado do soldado de Artífice Manoel Basílio, que vinha vindo.*¹⁴⁶

Essa declaração de Augusta aponta para as seguintes questões: o que significou a mudança da Cadeia Pública para a frente do Arsenal de Guerra? A reterritorialização de um outro espaço de práticas desejanter? A presença de Maria Rita, Augusta e de outras mulheres nesse espaço aumentou o movimento de soldados nas imediações da Cadeia Pública?

¹⁴⁵ GARRIOCH, David. *Insultos verbais na Paris do século XVIII*. In: BURKE, Peter; PORTER, Roy (Orgs.). *História social da linguagem*. São Paulo : Editora Unesp, 1997.

¹⁴⁶ Op. cit., p.5.

Outro dado importante que precisa ser mencionado é o deslocamento das moradias dessas mulheres, motivado, talvez, pelo alto preço do aluguel das casas e dos quatinhos onde elas moravam.

Esse ponto fica mais evidente, neste processo, durante o depoimento de Leocádia de Souza, que declarou: [...] *que vindo ela a visitar à Maria Rita, que mora nessa freguesia encontrou a briga.*¹⁴⁷

A partir dessa declaração podemos imaginar que Maria Rita e Augusta moravam anteriormente perto da casa de Leocádia, que residia na rua do Campo (atual Barão de Melgaço). É apenas uma possibilidade, entretanto, o fato mais evidente é o deslocamento de Maria Tereza, que morava na rua do Areão, em 1859, e que no decorrer da pesquisa foi referida em uma ocorrência policial de 1864, revelando:

*[...] Ontem à tarde na Rua da Caridade em casa da meretriz Maria Tereza, Pedro Xavier, servente da Botica da Santa Casa de Misericórdia, com o ginástico José Guilherme formaram uma briga, por causa da mesma meretriz [...]*¹⁴⁸

Algumas possibilidades de reflexão sobre as práticas desejantes dessas mulheres e homens podem ser deduzidas dessas declarações. Uma delas é o fato de não serem fixos os lugares, ou seja, nesse período as mudanças de espaços físicos são constantes e sempre estão grassando pela cidade.

¹⁴⁷ APMT – Tribunal da Relação – processo crime – 1864 – p.11.

¹⁴⁸ APMT. Documentação avulsa. Maço Secretaria da Policia. Lata B. Ano: 1864.

VII - O AMOR NO TEMPO DA BEXIGA

Em dezembro desse mesmo ano de 1864, em que Maria Tereza foi classificada pelas autoridades policiais como *meretriz* devido ao seu estilo de vida no espaço urbano de Cuiabá, chegou a notícia de que as tropas paraguaias invadiram o sul da Província de Mato Grosso. A partir de então, a população cuiabana sofreu diversos problemas que levaram à morte muitas pessoas. Diz Volpato¹⁴⁹ em relação a esse momento o seguinte:

*[...] em fevereiro seguinte, as cheias do rio Cuiabá causaram volumosa inundação, que devastou grande parte do bairro do Porto, bem como as plantações ribeirinhas, especialmente as situadas em rio abaixo. A partir de julho de 1867, a população cuiabana se viu assolada pela epidemia da varíola que causou muitas baixas e trouxe inúmeros padecimentos a pessoas, já abatidas pelos sofrimentos anteriores.*¹⁵⁰

Para a autora, o impacto desses acontecimentos trouxe conseqüências drásticas para o cotidiano da população de Cuiabá, causando grandes sofrimentos em decorrência da varíola e da Guerra do Paraguai. *Era o apocalipse cuiabano.*¹⁵¹

Todavia, como nosso objeto de estudo não é a Guerra do Paraguai, nem mesmo as enchentes do rio Cuiabá ou a epidemia da varíola,

¹⁴⁹ Volpato, Op.cit pp 83

¹⁵⁰ VOLPATO, Op.cit.,p.84.

¹⁵¹ VOLPATO, Op. cit.,p.84.

procuramos em tudo isso aspectos fundamentais para a reflexão das práticas desejanter no limiar entre a vida e a morte.

Nessa direção, encontramos um ofício na documentação avulsa do Arsenal de Guerra, de 24 de outubro de 1867, que diz:

*[...] meu filho João Caetano amancebou com uma mulher aí para o lado do Porto que deixou minha casa e companhia chegando à ousadia dele sua amásia mandar buscar em minha casa o leito de sua própria mãe que falecera, á poucos dias da moléstia.*¹⁵²

A leitura desse documento remete-nos a um problema: qual o significado da cama no imaginário social do pai de João Caetano? Qual a representação desse mobiliário neste mundo entre o privado e o público?

Nesse caso, por exemplo, o pai de João Caetano levou ao conhecimento do Chefe de Polícia a atitude de seu filho, que atingia a honra familiar, retirando do lar paterno a cama, objeto representativo do privado. Por isso ele se sentiu ofendido moralmente, não pelo filho ter se amasiado com uma *meretriz*, mas sim por ter quebrado, com esse ato, aquilo que representava a honra da família.

Talvez, a questão mais importante nesse fato, em vista do enfoque desta dissertação, seja a informação que o Sr. Jacinto deu às autoridades policiais a respeito do lugar onde o seu filho foi morar: *para os lados do*

¹⁵² APMT – documentação avulsa – Maço – Arsenal de Guerra – Ano: 1867 – Lata D.

*Porto.*¹⁵³ Ora, se o Porto foi atingido em cheio pela epidemia da varíola, como João Caetano, que rompeu com a família em nome do amor, foi morar justamente nesse lugar? Esta questão merece ser mais bem pesquisada no que diz respeito ao que representou a epidemia da varíola nas práticas desejantes desses homens e mulheres.

As relações agonísticas explodiam de forma múltipla na cidade de Cuiabá, no século XIX, e essas práticas das mulheres encontravam-se sempre no limiar, entre a vida e a morte, entre o amor e ódio, não de forma dicotômica, mas, sim, de forma intensa no viver.

¹⁵³ APMT – Documentação avulsa – Maço – Arsenal de Guerra – Ano: 1867 – Lata D.

CAPÍTULO III

ENTRE A VIDA E A MORTE NO JOGO DA PAIXÃO

I - PRÁTICAS DE ARRIBAR EM MOVIMENTO

Dia 23 de fevereiro de 1883, uma sexta-feira, Francisca Pinto de Figueiredo tinha ido às doze horas até a casa de sua vizinha, Luíza, pedir-lhe para lavar algumas roupas em seu poço. Depois de terminar essa tarefa, aproveitou a oportunidade para almoçar com Luíza, Leopoldina e Maria da Glória, ficando as três mulheres conversando até as catorze horas.¹⁵⁴ Posteriormente, Francisca retornou a sua casa, onde tomou uma aguardente e, após *secar* a garrafa, saiu para comprar mais uma. Retornou a sua moradia após atingir seu intento, encontrando o seu amásio João Rodrigues da Cunha, empregado do Arsenal de Guerra, que a convidou para jantar. Francisca informou-lhe que nada fizera, porque não havia gêneros. Assim, João saiu à rua para providenciar alimentos.

Alguns momentos depois de seu amásio sair, Francisca ouviu o chamado de duas amigas paraguaias, Maria Mercedes do Espírito Santo e Maria de Assunção, convidando-a para irem juntas a uma festa lá no Baú.

Francisca aceitou o convite e, ainda embriagada, saiu com suas amigas, vestida de morim, com gola de *montaine* bordada, um vestido de chita verde desbotado, com enfeites na frente e, ao redor, um xale listrado de amarelo, com fundo pardacento de fazenda de lã. Exibia em suas orelhas um par de brincos de metal, coral, de massa vermelha, com pressão.

¹⁵⁴ APMT. Cartório 6º Ofício – Processo crime – 1883.

As três mulheres iam a uma festa no Baú, mas acabaram desviando-se de seu destino. A imprevisibilidade daquela trajetória levou-as a vagar pela cidade, talvez pelas tavernas, batuques e outros lugares. Embriagadas, dirigiram-se para a Travessa do Mercado. De repente, apareceu José Maria, enfurecido a ponto de ferir Francisca mortalmente com uma facada. Em seu último suspiro, Francisca disse a Mercedes: [...] *Aí, nhá Maria, eu morro e se alguém perguntar por mim diga que José Maria é que me matou.*¹⁵⁵

A descrição desse processo crime suscita-nos vários elementos para compreender os jogos entre mulheres e homens, que emergiram da documentação policial, revelando, através de suas práticas de vida, as trilhas do desejo.

Nesse sentido, o depoimento de Maria Tereza é muito importante para esta investigação. Quando o Chefe de Polícia perguntou à depoente se não estranhou o desaparecimento de Francisca, ela diz:

*[...] que nos primeiros dias ela suspeitou porque a dita Francisca tinha por costume arribar de “casa por dois a três dias, mas que passado esse tempo causou sérios cuidados não só a ela como a seu amásio João Rodrigues.”*¹⁵⁶

Assim, a pista é seguir os passos de Francisca, que ganharam visibilidade através das práticas de outras mulheres que viveram

¹⁵⁵ APMT. Op-cit., p.10.

¹⁵⁶ APMT- Cartório 6 ofício - processo crime - ano -1883-caixa -98

intensamente as suas relações. Convém ressaltar, entretanto, que apesar de trabalharmos com outras experiências de vida, com a finalidade de iluminar os lugares onde Francisca se encontrava, não queremos homogeneizar os estilos dessas mulheres. Ao contrário, enfatizamos que todas possivelmente estiveram nas mesmas trilhas da paixão, porém, elas são diferentes, porque as relações agonísticas são constituídas exatamente pela pluralidade e multiplicidade da vida.

Então, que caminhos Francisca percorreu ao se arribar de sua casa por dois ou três dias? No Beco Quente? Na rua Boa Morte? Na rua da Mandioca? Na rua do Mundéu? Na rua do Areão? No Coxipó?

II - BAÚ - ENTRECRUZAMENTO DAS PAIXÕES

Há necessidade, então, de caminhar pela cidade em busca dessas trilhas que parecem iluminadas por vaga-lumes, que emitem luzes de vários lugares da cidade, dando sinais e revelando relações agonísticas que foram silenciadas pelo dispositivo da ordem.

Da análise do manuscrito, ficou claro que Francisca e suas amigas provenientes do Paraguai tinham a intenção de ir a uma festa no Baú. Só não foram pelas razões já mencionadas anteriormente. Mas o pesquisador tem que levar em consideração a intenção dessas mulheres e seguir os seus passos como se realmente tivessem chegado ao seu destino.

Investigando a documentação, algumas pistas encontradas sobre a rua do Baú auxiliam a pensar com maior clareza a respeito do convite feito a Francisca pelas *paraguaias*. Nesse processo crime, Ignez, escrava de Dona Constança de Perpétua Monteiro, foi acusada pelas autoridades policiais de ter sido a autora do assassinato de Maria Madalena, moradora da rua do Baú.¹⁵⁷

O depoimento da paraguaia Maria Tomásia, moradora na rua São Benedito, no caso do assassinato de Maria Madalena, trouxe indícios relevantes:

*Respondeu que não, porque a pessoa com que vivia tendo tido baixa do Batalhão Oitavo da Infantaria retirou-se desde então do acampamento, onde uma vez por outra aparece para visitar algumas amigas que lá existem.*¹⁵⁸

Da leitura dos depoimentos das testemunhas - e em busca de dados sobre o crime -, surgiram pontos importantes sobre a localização das mulheres *paraguaias* na cidade de Cuiabá. Após a Guerra do Paraguai, a aldeia das mulheres *paraguaias* situava-se no Baú¹⁵⁹, juntamente com o acampamento do 8º Batalhão de Infantaria.

Maria Adenir Peraro aborda em seu texto o seguinte:

¹⁵⁷ APMT. Cartório 6º Ofício. Processo crime. 1877.

¹⁵⁸ APMT. Tribunal da Relação. Processo crime. 1877.

¹⁵⁹ Este documento merece um destaque especial pelo fato de iluminar a *aldeia das mulheres paraguaias*. Durante a pesquisa documental, este processo crime foi revelador por apresentar a localização dessa aldeia, bem como a do 8º Batalhão de Infantaria.

Para as mulheres paraguaias do povo e da elite, despojadas de seus bens, cujas famílias – pais, filhos e marido – haviam perdido durante a guerra, restavam poucas alternativas para sobreviver. Ou procurar retomar a vida em meio aos escombros e trabalhar em atividades múltiplas como comércio, produção agrícola ou subsistência, ao tempo em que viam a língua guarani ser abolida mesmo das escolas, ou então partir. Partir e retomar a vida em outro país e/ou região, como o Brasil e Mato Grosso. Partir e se casar com militares estrangeiros – argentinos, uruguaios e brasileiros. Militares com quem conviveram, ora como algozes, ora como companheiros. Um paradoxo.¹⁶⁰

Essa reflexão de Peraro nos leva a repensar sobre as relações das mulheres paraguaias com os soldados do 8º Batalhão de Infantaria, que participaram da Guerra do Paraguai.

Neste aspecto, o relato de uma tentativa de homicídio ilumina o paradoxo ressaltado pela autora. Joana Soila, paraguaia, foi buscar água na bica da Prainha, às sete horas da noite. Ao retornar para sua casa na Praça da Sé, equilibrando o jarro na cabeça, apareceu o soldado do 8º Batalhão João Evilio Furtado, que a convidou para conversar no mato. Ao retirar-se, depois de recusar tal convite, Joana acabou recebendo uma facada nas costas, mas, rapidamente, valeu-se do jarro que carregava, jogando-o sobre o agressor.

¹⁶⁰ PERARO. Maria Adenir. *A Imigração para Mato Grosso no século XIX – Mulheres Paraguaias: Estratégias e Sociabilidades*. Texto apresentado no I Fórum de Pesquisa promovido pelo Programa de Pós Graduação em História UEM/UEL, na linha de pesquisa: Fronteira e População, entre os dias 08 e 10 de novembro de 2000.

O soldado reagiu dando-lhe outra facada no braço esquerdo. Ao derrubá-la no chão, tentou esfaqueá-la ainda mais. Porém, a única estratégia da paraguaia foi: [...] *e que por esta ocasião, aproveitando-se de se achar sobre ela Furtado, pôde agarrar-se as partes baixas deste com que pode conseguir escapar*[...] ¹⁶¹

Furtado percebeu a aproximação de algumas pessoas e fugiu. Apareceram Zeferino, Vitoriano e o escravo do Barão de Aguapy, que evitaram conseqüências fatais para Joana. Em seu depoimento, ela revelou um dado importante:

Respondeu que havia tido relações com Furtado com quem viera do Paraguai, mas que pelos maus tratos que dele recebia se havia apartado do mesmo a 25 de outubro findo e se contratando com o senhor Alferes Manoel José Brandão. ¹⁶²

No caso de Joana Soila, ficou evidente em seu depoimento que o soldado Furtado a conheceu no Paraguai, confirmando, dessa maneira, as reflexões de Peraro sobre as condições sociais e culturais dessas mulheres oriundas do Paraguai.

Rastrear o relacionamento entre os soldados do 8º Batalhão e as mulheres ditas paraguaias suscita-nos outra indagação. Importa muito verificarmos nessa investigação, através do depoimento de Maria Tomásia,

¹⁶¹ APMT. Tribunal da Relação. Processo crime. 1878.

¹⁶² Idem, ibidem.

a informação de que a aldeia ficava perto ou no próprio acampamento, ponto importante para compreendermos o porquê de a escrava Ignez ter sido acusada do assassinato de Maria Madalena lá no Baú, em 1877. Qual a relação de Ignez com esses soldados e mulheres ditas paraguaias?

A escrava Ignez era quitandeira de Maria Madalena, e vendia fiado para os soldados do 8º Batalhão, bem como para as mulheres provenientes do Paraguai, que lhe pagavam corretamente, no mesmo dia em que recebiam o soldo no Batalhão. Ou seja, a relação entre as duas, segundo o seu depoimento, era muito boa, a ponto de emprestar dinheiro para a escrava comprar jornal para sua senhora.

No relato da acusada, o dia de pagamento no Batalhão é uma pista relevante, que deve ser destacada, porque revela o envolvimento dessas mulheres com os soldados: seja como lavadeiras, engomadeiras, costureiras e, fundamentalmente, como suas amantes temporárias, deixando emergir de forma contundente e explicitante as práticas desejantes nesse espaço culturalmente constituído.

Nesse universo relacional entre as mulheres e os soldados, vivia a escrava Ignez, que certamente perambulava pela aldeia e pelo acampamento, provocando disputas com elas, como Joana Batista retrata em seu depoimento, da seguinte forma:

“Respondeu que dias depois, levando-lhe uma porção de engomado perguntara-lhe se no acampamento imputavão a autoria do crime, se alguma pessoa, ao que ele depoente dissera que na sua presença e de algumas paraguaias mais, Joana escrava de Antonia Maria de Oliveira atribuía a autoria do crime à ré presente por haver dias antes brigado com a assassinada por não lhe consentir o que esta lhe pedira, isto é, de admitir em seu rancho Agostinho casado com uma paraguaia com quem se dava a mesma ré.”¹⁶³

Seguindo a pista mencionada pela testemunha sobre o suposto envolvimento amoroso entre Ignez e Agostinho, o Delegado de Polícia indaga a uma testemunha sobre o motivo de ela andar dizendo que a ré fora a autora do crime que vitimou Maria Madalena. A resposta nos ajuda a pensar:

“...que estando para morrer não era possível criminar a ninguém e muito menos levantar falso contra alguém e que durante a sua enfermidade não tem prestado serviço algum a seu senhor na venda da quitanda, sendo falsa essa declaração da paraguaia por serem quase todas mentirosas.”¹⁶⁴

Esses depoimentos são reveladores de uma disputa sobre territorialidade das práticas desejanter entre mulheres provenientes do Paraguai e outras mulheres, como Ignez, que invadiam constantemente o espaço demarcado sexualmente pelas práticas dessas mulheres. Outro detalhe que merece ser destacado é o depoimento da segunda testemunha,

¹⁶³ APMT – Tribunal da Relação – Processo crime, 1877.

¹⁶⁴ Idem, Ibidem

ao nominar que as paraguaias eram “*quase todas mentirosas*”, revelando que o ato de nominar, identificar, classificar não pode ser pensado numa relação binária.

Todas as testemunhas informaram ao Delegado que ouviram dizer que quem matou Maria Madalena foi a escrava: uma paraguaia contou para outra, que contou a um soldado, e este contou a uma escrava, etc. Então, qual o significado desse boato? Pelo estilo de vida de Ignez, das mulheres provenientes do Paraguai e dos soldados, o boato revela um jogo de relações amorosas, ou seja, um entrecruzamento de paixões que afloravam na hora do desejo. Tal hipótese ganha maior sustentabilidade se cruzarmos com outras documentações referentes ao Baú.

Localizamos em um documento uma referência ao tanque do baú como o local onde as mulheres paraguaias, livres e escravas, provavelmente, lavavam roupas, sendo procuradas nesse local pelos soldados que perambulavam pela cidade. Essa suposição é confirmada em um caso de agressão física, praticada por Manoel Antônio Chaves, como relata uma das testemunhas:

“...respondeu que se achando ele respondente nas imediações do tanque não sabe como e por que começou a desordem pelo soldado da cavalaria Manoel Antonio Chaves contra o paisano José S. Silva, porque quando ele respondente viu já o mesmo soldado se achava dentro do tanque agredindo o dito José(...)”.¹⁶⁵

¹⁶⁵ APMT - Cartório 6ºOfício. Processo crime, 1878.

A razão que levou Manoel Antônio Chaves a tomar satisfações com José S. Silva foi que há muito tempo José vinha tentando seduzir a mulher de Manoel. Todas as vezes que este viajava, aquele aproveitava a sua ausência para tentar manter relações sexuais com a sua mulher. Isso ocorreu diversas vezes, numa das quais o Sr. Manoel ouviu José, às quatro horas da madrugada, bater em sua janela. Quando percebeu a presença do marido, José saiu em disparada.

Manoel alega ainda em sua defesa que José S. Silva, tendo encontrado sua mulher em uma travessa que vai até a rua Couto Magalhães, tentou violentá-la, chegando a rasgar-lhe o vestido. Outra tentativa ocorreu quando a mulher de Manoel vinha do Córrego do Baú e foi agredida pelo "sedutor", que se achava escondido no mato. Segundo a alegação do réu, novamente José não logrou êxito em seu intento. Finalmente, numa tarde de verão, Manoel surpreendeu José no tanque do Baú dizendo "liberdades" a sua mulher, que ali se encontrava lavando roupas. Nessa ocasião, partiu para cima do dele.

Consta no processo que José resolveu perdoar Manoel pelas agressões sofridas. Entretanto, as insistências de José em seduzir a mulher de Manoel nos permitem apenas perguntar: há quanto tempo os dois

estavam juntos no tanque no Baú? Por que José resolveu bater à janela da casa de Manoel às quatro horas da manhã?

Essas pistas que emergem da documentação nos oportunizam seguir os passos de soldados, por exemplo, que perambulavam pelo Hospital São João dos Lázaros, reunidos com os doentes, ensinando-lhes a carregar armas e atirar e, ao mesmo tempo, sendo denunciados às autoridades por donos de chácaras, que os acusavam do desaparecimento de suas criações. Há também registros que indicam o costume de tropeiros irem ao referido hospital, significando, portanto, mais um caminho para entrar na cidade.

III - JOGO DE RELAÇÕES: O QUE ESTÁ FEITO NÃO ESTÁ POR FAZER

Ígnez não andava somente pelos lados do Baú (aldeia das mulheres paraguaias, 8º Batalhão e o tanque). Pelas informações obtidas nos registros judiciários, tinha também a prática de se ausentar de sua casa por dois ou três dias, assim como Francisca, o que foi confirmado em seu próprio depoimento.

Em seu relato, Ígnez conta que um dia antes do crime ela foi ao Coxipó da Ponte, a fim de comprar mandioca, só retornando à noite para casa. Esse fato da escrava ir ao Coxipó é, aparentemente, insignificante,

mas se o relacionarmos com dados contidos em outro manuscrito, ele se torna revelador, na medida em que ganham visibilidade outras trilhas dos desejos criadas pelas práticas desejanter de homens e mulheres que grassam pelo espaço urbano da cidade de Cuiabá no século XIX.¹⁶⁶

Foi localizado no Arquivo Público de Mato Grosso um processo crime que nos ajuda a seguir os passos de Ignez pelo Coxipó da Ponte. No dia 25 de junho de 1877, o corpo do escravo Luís foi encontrado por duas mulheres no fundo da rua do Mundéu, sendo suspeitos de autoria os soldados Pio e Eleutério Bispo.

Investigando esse crime, encontrei no depoimento de Thomé Ribeiro de Siqueira o seguinte trecho: *"...respondeu que quem poderia saber eram essas mulheres, pois lá ouviu dizer que naquela casa sempre havia orgias"*.

Conforme informações coletadas no processo, o escravo Luís era casado com Antônia Maria do Bom Despacho e namorava Andreza. Outra testemunha falou que Luís tinha caso com Maximiana¹⁶⁷. Pio, um dos acusados, tinha ciúmes de Umbelina com Luís, sentimento esse que quase acabou numa tragédia quando eles vieram das touradas lá do Campo d'Ourique e pararam em uma taverna no largo do Ipiranga. Nesse instante, Pio percebeu que Umbelina estava dando "entrada" para o escravo Luís.

¹⁶⁶ A análise deste documento foi inspirada em VEYNE, Paul. Nem fatos, nem geometral, mas tramas. In: *Como se escreve a história e Foucault revolucionou a história*. 4ª Edição. Brasília: Editora UnB, 1998, p. 41-50.

Revoltado com aquela atitude, Pio tentou dar uma facada no rival, mas felizmente havia outras pessoas no recinto, que evitaram conseqüências danosas.

O fundamental dessa análise não é saber com quem Luís se relacionava, mas sim dar maior visibilidade a essas condutas que não possuíam uma classificação. Ao contrário, apresentam uma multiplicidade de relações amorosas. Tanto que as ‘orgias’ vistas pelo depoente naquela casa revelam não uma condição moral preconizada pela sociedade, e sim outras práticas desejanças que afloraram entre a vida e a morte no jogo das paixões.

Seguiremos, então, outras possibilidades que este processo oferece. Percorrendo-o, encontramos o depoimento de uma testemunha que diz: [...]
*Que quase todos os domingos Luís saía com Andreza e Faustina à tarde como que ia ao Coxipó e que ali ficava.*¹⁶⁸

Novamente, inspirados em Veyne, podemos dizer que a expressão *como que ia* trouxe dúvidas na direção seguida por Luís, Andreza e Faustina. Não obstante Luís e Andreza serem amantes, torna-se difícil acreditar que eles, mesmo acompanhados por Faustina, mãe da Andreza, procurariam um local como a fonte da Lavandeira e o Córrego do Barbado, para onde, nos finais de semana, outras pessoas também acorriam. Poderiam ir a outro local, menos aqueles que eram freqüentados, muito

¹⁶⁷ APMT- Tribunal da Relação. Processo crime – Caixa 45 – 1877, pág. 36.

provavelmente, pelas pessoas que moravam nas imediações (rua São Benedito, rua São Francisco, rua do Carmo, rua do Areão, rua do Mundéu).

Partindo do pressuposto de que eles foram para o Coxipó da Ponte, pode-se deduzir que, neste local, as possibilidades de ficarem *acomodados* eram mais amplas.

Cabe perguntar: será que Ignez, Luís, Andreza e Faustina foram para o Coxipó com a intenção mencionada anteriormente? Em seu relatório, o Chefe de Polícia relata:

*Somente na povoação da Ponte do Coxipó cerca de ¼ de légua distante desta Capital, estabeleci um destacamento de duas ou três praças de polícia, conforme o permitem as exigências do serviço, a fim de coibirem os conflitos que ai se estavam reproduzindo, em razão da aglomeração de tropeiros que de diversas partes concorrem.*¹⁶⁹

Desta referência à presença de tropeiros no Coxipó, podemos entender algumas práticas de homens e mulheres que se concentravam em determinados espaços da cidade de Cuiabá no século XIX. Por exemplo, seguindo em direção à Estrada Geral, que ligava a povoação do Coxipó da Ponte à cidade, existiam três opções de entradas: a primeira, pela rua do Areão; a segunda, pela rua do Mundéu; e a terceira opção pela rua dos Prazeres.

¹⁶⁸ APMT. Tribunal da Relação. Processo crime. 1877.

¹⁶⁹ APMT. Relatório do Chefe de Polícia. 1873.

Evidentemente, deviam existir outros caminhos, mas nos importa aqui, neste momento, o que os processos crimes e as ocorrências policiais estão indicando: um movimento intenso de homens e mulheres nessas ruas, travessas e becos, bem como no Porto Geral, na rua da Boa Morte e na rua da Mandioca. Esses três pontos de entrada da cidade apontam possibilidades para entendermos os deslocamentos dessas mulheres e homens, delimitados através de suas práticas desejantes.

Por outro lado, as residências dessas mulheres revelam um ponto de encontro com os homens que vinham de seus sítios ou de outras cidades.

Nesse sentido, as experiências de Maria da Cunha e de Benedita Maria Conceição nos ajudam a vislumbrar melhor as trilhas mencionadas acima. No caso de Benedita, o depoimento do escravo Manoel, residente no sítio denominado Santa Tereza, aponta algumas possibilidades. Relata que às cinco horas da tarde ele e seu parceiro, o escravo Manoel Pedro, iam em direção ao Coxipó da Ponte, pela rua do Areão, quando, de repente, saiu de uma casa Maria Benedita tentando agredir o seu parceiro. Assim descreve a testemunha:

[...] Maria Benedita saindo de sua casa lança sobre Manoel Pedro dando-lhe com um cabresto que o mesmo consigo trazia o qual fora por ela arrebatado, dizendo-lhe palavras injuriosas por não querer o mesmo seu patrício continuar com relações ilícitas com a acusada.¹⁷⁰

¹⁷⁰ APMT. Cartório 6º ofício. Processo crime. 1873.

Outra testemunha, Maria Célia da Conceição, aponta mais dados para a nossa análise sobre as trilhas. Diz ela sobre o caso: [...] *Respondeu que conhecia porque via sempre ele vir em casa de Maria Benedita.*¹⁷¹

Pela documentação apresentada no primeiro caso, as evidências são claras: o escravo Manoel Pedro, quando vinha à cidade comprar mantimentos para o seu sítio, dedicava parte de seu tempo com Maria Benedita, mantendo relações que não eram lícitas ou ilícitas, mas relações agonísticas, que explodiam entre o amor e o ódio. Dessa maneira, podemos inferir que a rua do Areão consistia em um ponto de encontro, assim como outras ruas mencionadas anteriormente, entre homens e mulheres.

Outro caso que envolveu Maria da Cunha ocorreu no Coxipó da Ponte. Ela se encontrava na casa de uma conhecida de nome Ritinha, moradora dessa mesma localidade, quando por ali passou João Pedro e perguntou-lhe: *Você está aqui?* E lançou mão de uma faca para feri-la. Foi quando apareceu Josefa, *que mora na volta, pouco adiante do Coxipó*, e a defendeu de seu ofensor.

A leitura e análise desse fato perpassam uma questão fundamental: por que o seu agressor espantou-se com a presença de Maria da Cunha na casa de Ritinha? Pelas informações coletadas no processo, Maria da Cunha,

¹⁷¹ Idem, *ibidem*, p.7.

há dois dias, estava amasiada com João Pedro, e se separaram em decorrência de agressões físicas.

Então, por que o sobressalto? Podemos apontar algumas possibilidades para justificar tal atitude: em primeiro lugar, o agressor encontrava-se em estado de embriaguez, podendo significar que ele tinha por costume freqüentar aquela casa em busca de divertimento. Em segundo lugar, a casa mencionada estava localizada, provavelmente, no caminho percorrido pelos tropeiros que adentravam a cidade. Talvez por isso o assombro de João Pedro em ver sua amásia naquele lugar, freqüentado por ele.

Retornando pela estrada geral que ligava o Coxipó da Ponte à cidade de Cuiabá, e seguindo pistas inventadas pelas práticas desejanças de mulheres e homens que perambulavam pelo espaço urbano, emergiu da documentação um processo crime envolvendo um casal que se encontrava na beira de um córrego chamado Valo.

Neste local, a experiência de Francelina Reis e Antônio é emocionante. Em 16 de setembro de 1883, na primavera, o casal de amantes, completamente embriagados, dirigiu-se da Travessa Costa ao córrego Valo, local cheio de pedras e barrancos. Quando o casal começava o ritual do amor, para satisfazer seus instintos libidinais, o Sr. Antonio escorregou e caiu no córrego Valo, ferindo-se.

Imaginem a cena. Vale ressaltar que algumas pessoas assistiam, de suas janelas, ao casal de amantes em plena três horas da tarde ir para o Valo... E todas as testemunhas do processo afirmaram que eles foram satisfazer os seus desejos na beira do córrego.

Mas o que isso nos revela? Se todas as testemunhas perceberam a intenção do casal em ir para o córrego, isto significa que era uma prática comum casais procurarem aquele lugar para deixar emergir as suas paixões. Talvez, cruzando essa documentação com outra, possamos pensar a relação água/desejo.

Todo esse percurso pela cidade de Cuiabá, seguindo os passos de outras mulheres, foi em busca de pistas, sinais e detalhes que levassem à descoberta do local onde Francisca permanecia quando se ausentava de sua casa por dois ou três dias. Foram refeitas trajetórias através do Baú, Coxipó, rua da Boa Morte, rua da Mandioca, rua do Lava-pés, travessa do Mercado, Porto, Rio Cuiabá, Córrego do Valo, etc, que nos revelaram outras possibilidades para compreendermos essas caminhadas de homens e mulheres pela cidade.

Mesmo encarando a vida de forma dionisíaca, os resultados dessas ações muitas vezes acabavam em morte, seja por causa de uma “traição”, seja por violência, seja por abandono, seja por doença. Esses dados são revelados numa estatística de batismo, nascimento e óbitos, encontrada na

documentação avulsa da Secretaria de Polícia de Cuiabá, transcrita a seguir:

Janeiro/1860

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	2	10	-	3	1	3
Mulheres	2	5	-	-	-	13
Total	4	15	-	3	1	16

Fevereiro

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	1	5	-	4	1	5
Mulheres	-	13	-	-	1	12
Total	1	18	-	4	2	17

Março

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	-	2	-	-	-	9
Mulheres	2	6	-	-	1	8
Total	2	8	-	-	1	17

Abril

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	2	9	-	3	1	5
Mulheres	4	12	-	-	-	6
Total	6	21	-	3	1	11

Maio

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	2	12	-	4	3	8
Mulheres	2	10	-	-	2	5
Total	4	22	-	4	5	13

Junho

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	4	10	1	7	2	10
Mulheres	-	8	-	-	3	8
Total	4	18	1	7	5	18

Julho

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	3	8	-	7	2	8
Mulheres	4	10	-	-	1	4
Total	7	18	-	7	3	12

Agosto

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	1	7	-	3	2	3
Mulheres	-	14	-	-	-	2
Total	1	21	-	3	2	5

Setembro

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	7	14	-	2	-	2
Mulheres	4	13	-	-	-	3
Total	11	27	-	2	-	5

Outubro

Sexos	Baptismos		Casamentos		Óbitos	
	Escravos	Livres	Escravos	Livres	Escravos	Livres
Homens	3	9	-	5	-	2
Mulheres	-	8	-	-	2	7
Total	3	17	-	5	2	9

Conforme o Regulamento de 31 de janeiro de 1842, os Chefes de Polícia teriam que receber das paróquias mapas mensais sobre a população: nascimento, morte, batismo e casamento. Entretanto, vasculhando a

documentação da Secretaria de Polícia referente a esse período, encontramos pouquíssimos dados relevantes. Ou seja, na verdade, essas exigências não eram cumpridas pelos párocos das Igrejas, nem havia uma cobrança sistemática por parte das autoridades policiais. Talvez, os dados mais completos estejam registrados nos quadros citados acima, que, mesmo retratando apenas dez meses, de janeiro de 1860 a outubro de 1860, nos ajudam a pensar sobre esse aspecto.

Sistematizando os dados, constatamos as seguintes informações:

Mulheres escravas.....	10 óbitos.
Mulheres livres.....	68 óbitos.
Homens escravos.....	12 óbitos.
Homens livres.....	60 óbitos.
Total geral.....	150 óbitos.

Embora esses dados não representem um universo maior da população da Província de Mato Grosso, eles são reveladores sobre as condições de vida desses homens e mulheres que habitavam essa região produzida pelas relações sociais que inventaram e delimitaram uma fronteira a partir de suas subjetivações.

Esses números, cruzados com a documentação da Secretaria de Polícia, revelam-nos uma sociedade escravocrata, que tinha como princípio ético o controle social de uma parcela da sociedade, preocupando-se

apenas em manter a ordem e a tranquilidade públicas, fundamentada em preceitos liberais que nortearam o movimento de governamentalização.

A preocupação central da Província residia apenas em quantificar os dados que apontassem para o caminho da civilização. Entretanto, esta é a sociedade do século XIX, que começa a gerar mecanismos sutis de produção de verdades, invenção de identidades, fixação de uma identidade sexual.

Os números resultam dessas práticas sociais que nortearam o Império, mas, na verdade, eles não são novidade enquanto dados estatísticos. Talvez, a questão central seja pensarmos sobre a vida dessas 78 mulheres que morreram nesse curto espaço de tempo, como também a vida de Francisca, através da experiência de outras mulheres, reveladoras de relações agonísticas que escaparam às estratégias de controle social, da tentativa de fixá-las, identificá-las, qualificá-las e nomeá-las enquanto uma verdade.

CONCLUSÃO

Ao elegermos as práticas culturais de figuras de feminino e masculino que caminharam pela cidade de Cuiabá no período de 1841-1888, lá e cá, não tínhamos o propósito de narrar o passado, mas construir um discurso sobre formas intensas de viver a vida, que revelassem muito mais a subjetividade de quem recortou e narrou a trajetória desses seres pululantes, que propriamente os fatos e personagens.

Assim, o objetivo desta Dissertação foi desconstruir as práticas lingüísticas e culturais de nomear, classificar e identificar as práticas sexuais que buscaram, e buscam, sujeitá-las a uma condenação e reprovação públicas, fixando-as numa identidade sexual. Buscamos, com essa estratégia metodológica de inversão das evidências, dar visibilidade e dizibilidade às práticas desejantes que cintilavam nas superfícies das ocorrências policiais e processos crimes.

Devemos considerar que este percurso tornou-se um grande desafio nesta pesquisa. Trabalhar com fragmentos talvez tenha sido o grande nó que não conseguimos desatar, mas insistimos nesse caminho como algo a ser experimentado.

O caso Ana Josefa Guimarães, por exemplo, foi o maior desafio, tendo em vista que as cenas descritas nos registros médicos e policiais apontavam para um alvo. A saída que encontramos, pensando com Foucault, foi destruir essas evidências, alimentando o múltiplo no perfil dessas práticas desejantes, cruzando com outros documentos, revelando

dessa forma uma máquina discursiva do século XIX que julgou, condenou, classificou e tentou impor um estilo de vida.

Mas o historiador, através de suas ferramentas metodológicas, constrói as suas tramas e retramas a partir de uma análise arqueológica que inverte uma visão totalizante e homogeneizante. Nessa perspectiva, da documentação da Secretaria de Polícia, do Tribunal da Relação e do Cartório do 6º Ofício, emergiram determinadas práticas de subjetivação e sociabilidade das práticas desejantes.

Seguimos, portanto, pelas ruas, becos, travessas e mais travessas, os passos dessas figuras femininas e masculinas, na busca de pistas, sinais e detalhes que levassem às trilhas dos desejos, para demonstrar que a hipótese de lugares fixos não tem consistência metodológica, porque aquelas mulheres e homens são como árvores de gestos, que se movem pela cidade de Cuiabá no século XIX, como imagens transitórias que se deslocam sem ser capturadas, fazem desaparecer a cidade em certas regiões, exageram-na em outras, distorcem-na e alteram a sua ordem, mas se revelam nas relações agonísticas, que são produtos de relações que perpassam outras possibilidades de viver a vida em toda sua intensidade, completamente fora dos códigos morais e das instituições normalizadoras dos padrões de comportamento da sociedade escravocrata do século XIX.

BIBLIOGRAFIA

E

FONTES

BIBLIOGRAFIA GERAL

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Trad. Rio de Janeiro, Petrópolis, Vozes, 1994.

CORBIN, Alan. "A pequena bíblia dos jovens nubentes". In: Amor e sexualidade no Ocidente, edição especial da Revista História Senil: Porto Alegre: L e PM, 1992.

CRAWFORD, Patrícia. "Conhecimento sexual na Inglaterra, 1500 – 1750". In: Porter, Roy e Teich, Mikulas (orgs.). *Conhecimento sexual, ciência sexual. A história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo, Editora UNESP, 1998.

GARRIOCH, David. "Insultos verbais na Paris do século XVIII". In: Burke, Peter e Porter, Roy. *História Social da Linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.

HORTA, Regina Duarte. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

MICHEL, Foucault. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais et al. Rio de Janeiro: Naud Editora, 1996.

_____. *História da Sexualidade: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

- PERARO, Maria Adenir. *Fardas, Saias e Batina: a Ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá - 1853 - 1890*. UFPR - Maringá, 1997 (Tese de Doutorado).
- _____. *A imigração para Mato Grosso no século XIX - Mulheres Paraguias: Estratégias e Sociabilidades*. UEM/UEL, 2000.
- RAGO, Margareth. "As mulheres na historiografia brasileira". In: Silva, Zélia Lopes (org.). São Paulo: Editora UNESP, 1995.
- _____. "Epistemologia Feminista, Gênero e História". In: Pedro, Joana Maria e Grossi, Miriam Pilar. Florianópolis, 1998.
- _____. *Os Prazeres da Noite – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SCHIEBINGER, Londa. "Mamíferos, primatologia e sexologia". In: Porter, Roy e Teich, Mikulas (orgs.). *Conhecimento sexual, ciência sexual. A história das atitudes em relação à sexualidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- SWAIN, Tânia Navarro. "A Construção Imaginária da História e dos Gêneros: O Brasil, no século XVI". In: Textos de História - Revista da Pós- Graduação em História da UNB. Volume 4, número 2, 1996.
- _____. "Você disse imaginário?" In: Lacerda, Sônia et. Al, org. Tânia Navarro Swain. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: Burke, Peter (org). *A escrita da história – Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida cotidiana e a escravidão em Cuiabá(1850-1888)*. São Paulo: UFMT/Marco Zero, 1993.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado de Mato Grosso:

1. Fundo: Secretaria de Polícia de 1850–1888. Documentação avulsa:
 - Relatórios de Chefes de Polícia da Província de Mato Grosso. Anos: 1852, 1874, 1878, 1881, 1886. Ano: 1850, lata A. Ano: 1851, lata B. Ano: 1853, lata B. Ano: 1857, lata D. Ano: 1858, lata B. Ano: 1859, lata B. Ano: 1860, lata B. Ano: 1861, lata A. Ano: 1862, lata C. Ano: 1863, lata F. Ano: 1864, lata D. Ano: 1865, lata G. Ano: 1866, lata B. Ano: 1868, lata D. Ano: 1870, lata B. Ano: 1871, lata B. Ano: 1872, lata A. Ano: 1873, lata C. Ano: 1874, lata B. Ano: 1875, lata C. Ano: 1876, lata C. Ano: 1877, lata C. Ano: 1878, lata D. Ano: 1879, lata B. Ano: 1880, lata C.

2. Fundo: Tribunal de Relação

- Caixa 08: Processos crimes, ano: 1858, n. 216; Processos crimes, ano: 1859, ns. 217, 218, 219, 220.
- Caixa 09: Processos crimes, ano: 1860, ns. 224, 226, 228, 234 e 248; Processo crime, ano: 1861, n. 1861.
- Caixa 11: Processos crimes, ano: 1864, ns. 264, 269 e 288.
- Caixa 15: Processos crimes, ano: 1877, ns. 347 e 352

3. Fundo: Cartório do 6º ofício

- Processo crime, 1865.
- Processo crime, 1877.
- Processo crime, 1878.
- Processo crime, 1880.
- Processo crime, 1882.
- Processo crime, 1883.
- Processo crime, 1889.
- Processo crime, 1860.
- Processo crime, 1864.

4. Relatórios de Presidentes da Província de Mato Grosso:

- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Vice-Presidente da Província de Mato Grosso, Tenente-Coronel Albano de Sousa Osório. Cuiabá, 3 de maio de 1858.
- Relatório apresentado à Assembléia Provincial pelo Presidente da Província de Mato Grosso, o Chefe de Esquadra Barão de Melgaço. Cuiabá, 20 de setembro de 1869.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, no dia 1º de outubro de 1884, pelo Presidente da Província de Mato Grosso, General Barão de Batovy. Cuiabá.
- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Mato Grosso, Joaquim Galdino Pimentel, no dia 12 de junho de 1886.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)